

Centro Comunitário Terra e Morada

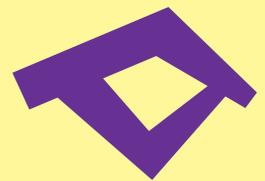
Uma comunidade Agrícola em Novo Planalto-GO

70

tc

cadernos de

Arquitetura e Urbanismo • UniEVANGÉLICA



Cadernos de TC 2019-2

Expediente

Direção do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Alexandre Ribeiro Gonçalves, Dr. arq.

Corpo Editorial

Alexandre Ribeiro Gonçalves, Dr. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Simone Buiati, M. arq.

Coordenação de TCC

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Orientadores de TCC

Ana Amélia de Paula Moura, Dr. arq.

Manoel Balbino Carvalho Neto, M. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Detalhamento de Maquete

Volney Rogerio de Lima, E. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Seminário de Tecnologia

Daniel da Silva Andrade, Dr. arq.

Jorge Villavisencio Ordóñez, M. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Seminário de Teoria e Crítica

Maíra Teixeira Pereira, Dr. arq.

Pedro Henrique Máximo, M. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Expressão Gráfica

Madalena Bezerra de Souza, E. arq.

Rodrigo Santana Alves, M. arq.

Simone Buiati, M. arq.

Secretária do Curso

Edima Campos Ribeiro de Oliveira

(62)3310-6754

Apresentação

Este volume faz parte da sétima coleção da revista Cadernos de TC. Uma experiência recente que traz, neste semestre 2019/2, uma versão mais amadurecida dos experimentos nos Ateliês de Projeto Integrado de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (I, II e III) e demais disciplinas, que acontecem nos últimos três semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA).

Neste volume, como uma síntese que é, encontram-se experiências pedagógicas que ocorrem, no mínimo, em duas instâncias, sendo a primeira, aquela que faz parte da própria estrutura dos Ateliês, objetivando estabelecer uma metodologia clara de projeção, tanto nas mais variadas escalas do urbano, quanto do edifício; e a segunda, que visa estabelecer uma interdisciplinaridade clara com disciplinas que ocorrem ao longo dos três semestres.

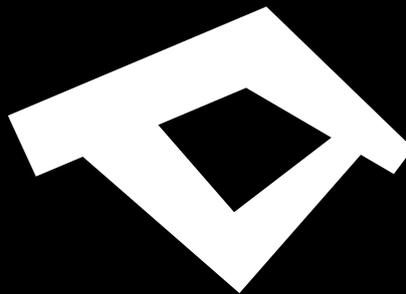
Os procedimentos metodológicos procuraram evidenciar, por meio do processo, sete elementos vinculados às respostas dadas às demandas da cidade contemporânea: LUGAR, FORMA, PROGRAMA, CIRCULAÇÃO, ESTRUTURA, MATÉRIA e ESPAÇO. No processo, rico em discussões teóricas e projetuais, trabalhou-se tais elementos como layers, o que possibilitou, para cada projeto, um aprimoramento e compreensão do ato de projetar. Para atingir tal objetivo, dois recursos contemporâneos de projeto foram exaustivamente trabalhados. O diagrama gráfico como síntese da proposta projetual e proposição dos elementos acima citados, e a maquete diagramática, cuja ênfase permitiu a averiguação das intenções de projeto, a fim de atribuir sentido, tanto ao processo, quanto ao produto final.

A preocupação com a cidade ou rede de cidades, em primeiro plano, reorientou as estratégias projetuais. Tal postura parte de uma compreensão de que a apreensão das escalas e sua problematização constante estabelece o projeto de arquitetura e urbanismo como uma manifestação concreta da crítica às realidades encontradas.

Já a segunda instância, diz respeito à interdisciplinaridade do Ateliê Projeto Integrado de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo com as disciplinas que contribuiriam para que estes resultados fossem alcançados. Como este Ateliê faz parte do tronco estruturante do curso de projeto, a equipe do Ateliê orientou toda a articulação e relações com outras quatro disciplinas que deram suporte às discussões: Seminários de Teoria e Crítica, Seminários de Tecnologia, Expressão Gráfica e Detalhamento de Maquete.

Por fim e além do mais, como síntese, este volume representa um trabalho conjunto de todos os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, que contribuíram ao longo da formação destes alunos, aqui apresentados em seus projetos de TC. Esta revista, que também é uma maneira de representação e apresentação contemporânea de projetos, intitulada Cadernos de TC, visa, por meio da exposição de partes importantes do processo, pô-lo em discussão para aprimoramento e enriquecimento do método proposto e dos alunos que serão por vocês avaliados.

Ana Amélia de Paula Moura, Dr. arq.
Manoel Balbino Carvalho Neto, M. arq.
Rodrigo Santana Alves, M. arq.



Terra e Morada - Uma Comunidade Agrícola em Novo Planalto-GO

Analizando a precariedade e a falta de infraestrutura das pequenas propriedades de terra no Brasil, e com base no histórico da população que vive no campo, a ideia do projeto visa desenvolver um protótipo de habitação para um assentamento agrícola localizado na cidade de Novo Planalto-GO.

Além da habitação, a proposta inclui o desenvolvimento de um espaço de apoio à comunidade, com foco em promover uma melhoria na infraestrutura do assentamento, influenciar na qualidade de vida das famílias, suprir as necessidades do cotidiano, e disponibilizar à população na zona rural o acesso à educação, ao atendimento médico e ao convívio social.



Isabela Rodrigues Freire

Orientadora: Ana Amélia de Paula Moura
Contato: isabelafreire@hotmail.com.br





a luta pela terra

Analisando a situação atual da infraestrutura da moradia dos pequenos proprietários de terra no Brasil, a ideia do projeto é desenvolver um modelo de habitação para cerca de 30 famílias que moram hoje em um assentamento agrícola localizado na cidade de Novo Planalto-GO. A cidade se localiza no extremo norte de Goiás, tem como principal foco econômico a agropecuária e apresenta cerca de 35% de sua população morando na zona rural.

As comunidades agrícolas são núcleos ou aglomerações de famílias que habitam o espaço rural. Essas aglomerações são conhecidas como assentamentos e são materializadas a partir das políticas de reforma agrária. Seu intuito é beneficiar toda aquela população agrícola de baixa renda que sofreu com a concentração de terras e com a divisão desigual do campo no Brasil. De acordo com JUNIOR (2011) o assentamento é uma fração do território rural provinda de ações políticas, que se emerge diante da desapropriação de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, inercial e vazia. De acordo com BERGAMASCO (1997) é uma forma de organização camponesa sob um espaço antes controlado pelos latifundiários, que têm por finalidade redistribuir os recursos fundiários brasileiros para solução dos problemas socioeconômicos. É um espaço rural resultante de processos políticos e sociais, onde se materializam as relações camponesas de produção.

Além da habitação, a proposta inclui o desenvolvimento de um espaço de apoio e lazer coletivo, que possa dispor de equipamentos básicos como um salão comunitário, um centro escolar e um posto de saúde. Que possam disponibilizar à população na zona rural aquilo que eles apenas têm acesso na cidade.

histórico da luta

O foco desse estilo de núcleo habitacional é a geração de alimentos tanto para subsistência quanto para comercialização, que são desenvolvidos principalmente por meio da produção da agricultura familiar. O cultivo é realizado por meio da mão de obra da família e tem como foco a geração de alimentos para a sobrevivência. É uma forma de produção que se desenvolve principalmente sobre núcleos rurais coletivos, cujo foco é a plantação policultural.

De acordo com SCHNEIDER E NIEDERLE (2008) a agricultura familiar é uma forma de produção sobre um pequeno lote de terra, que utiliza basicamente a força de trabalho familiar, e se destina principalmente ao autoconsumo e à venda aos

mercados internos para gerar renda e renovar o processo produtivo. Ou seja, é uma unidade de produção de todo aquele sujeito que habita o espaço rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. Dessa forma, o intuito do projeto é promover uma melhoria na infraestrutura atual do assentamento tanto da moradia quanto do espaço público, de forma que possa fixar o homem no campo, influenciar no rendimento da produção agropecuária e, conseqüentemente na qualidade de vida e na renda mensal das famílias.

Com base no histórico da população do campo e na situação atual dos assentamentos agrícolas, nota-se que ainda hoje a população rural sofre desigualdades social, como



[f.2]

falta de infraestrutura, dificuldade de acesso à educação e baixa renda salarial. Dessa forma, promover uma moradia de qualidade, implantar infraestruturas e disponibilizar espaços de convivência e lazer, significa conservar e manter no campo toda a população que vive hoje de forma precária. A melhoria da infraestrutura garante a fixação do homem no campo, com produção de qualidade e alimento na mesa dos consumidores.

O problema no campo e a desigualdade fundiária no Brasil existe desde os primórdios da colonização do país e duram até hoje. Os grandes latifúndios predominam em praticamente todo o território e configuram a desigualdade vista atualmente. Conforme dito por OLIVEIRA (2001) os latifúndios são grandes extensões privadas de terras que estão concentradas nas mãos de grupos econômicos e que funcionam como reserva de valor. É uma estrutura fundiária violentamente concentrada com foco no desenvolvimento capitalista, que muitas vezes tem sido mantida improdutiva e que gera uma massa cada vez maior de agricultores pobres sem-terra. Para LOPES (2008) são grandes propriedades de terras rurais dedicadas a uma produção mercantil exclusivamente extrarregional, onde as reservas de terras são empregadas para produção agropecuária extensiva e resultam em uma estrutura fundiária monopolizada, que empurra a agricultura camponesa de subsistência aos núcleos rurais menores e menos férteis.

As lutas pela terra e pela reforma agrária comprovam que ao longo dos anos, a população que foi marginalizada pelos grandes latifúndios, busca além da posse da terra, o acesso à educação, moradia, infraestrutura e investimentos agrícolas. Muitas vezes essa população foi injustiçada em prol do capitalismo, e é a partir daí que se iniciaram as primeiras lutas pela terra e as políticas de reforma agrária.

A reforma agrária é uma política pública recente que busca promover uma redistribuição da estrutura fundiária brasileira,

através principalmente da desapropriação de terras que não cumprem a função social e que se encontram concentradas na mão de um número pequeno de proprietários. Busca além disso, promover o acesso à terra por meio da criação de núcleos de assentamentos e incentivar a produção agropecuária coletiva e a pluricultura como uma forma de geração de renda e alimentação para a população. Para OLIVEIRA (2001) a reforma agrária é uma política que busca com a distribuição da terra, resolver o problema da exclusão social e criar uma sociedade rural com produção coletiva e comunitária, que tem como objetivo retirar da marginalidade uma parte dos pobres, aumentar a oferta de alimentos à população e conquistar a dignidade e a cidadania dos camponeses excluídos.

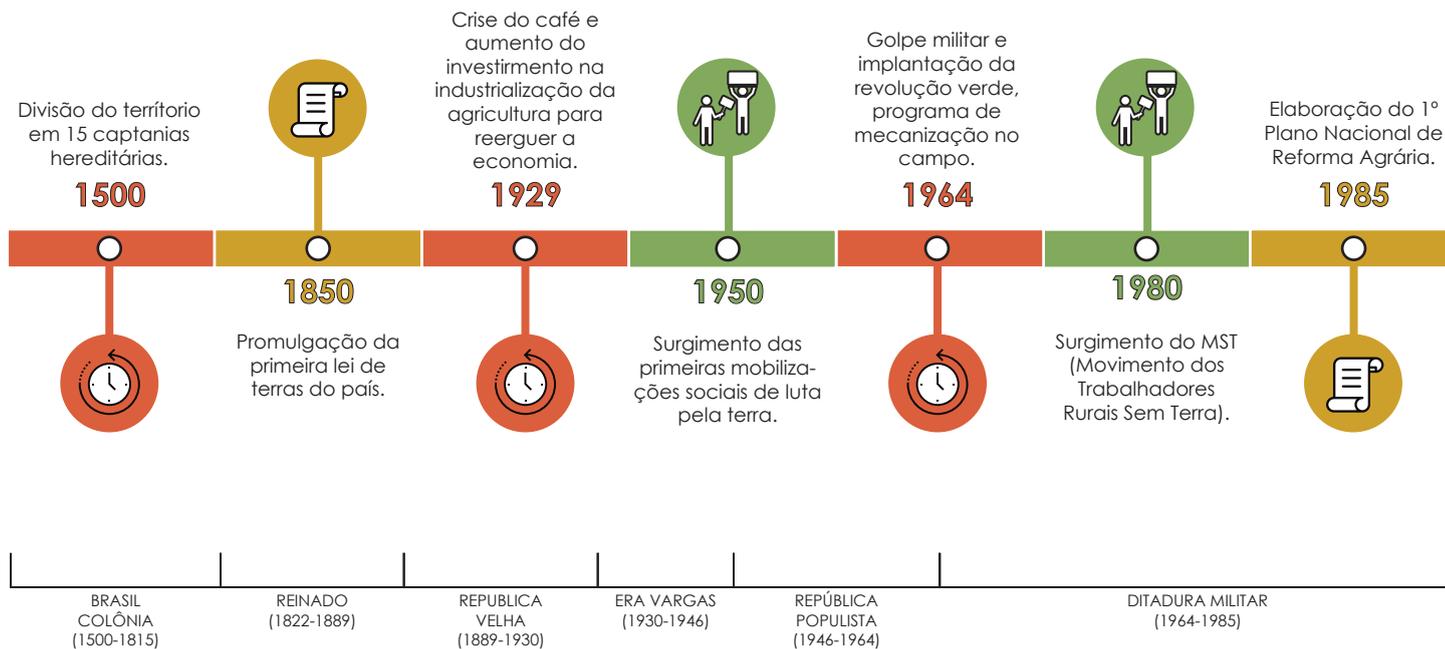
Para CABRAL (2016) a divisão desigual da terra no Brasil tem origens no Brasil Colônia, quando as capitânicas hereditárias foram doadas aos nobres pelo Rei. Ao longo dos anos, as políticas e leis sobre a terra sempre estiveram a favor da elite, deixando a maior parte da população em segundo plano. A primeira lei de terras criada no Brasil em 1850 regulamentou a posse de terra através da compra e assim, como poucos detinham poder aquisitivo, poucos tiveram de fato acesso à terra. E dessa forma, mesmo após a abolição da escravatura, os camponeses e negros pobres viveram a mercê dos grandes proprietários de terra no Brasil.

Ainda segundo CABRAL (2016) em 1929 com a crise e a falência do café, o governo e os grandes latifundiários passaram a investir na industrialização da agricultura para reerguer a economia. Com o progresso da industrialização, intensificou-se o êxodo rural, onde boa parte da população deixou o campo e mudou-se para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Perante a essa situação e com expansão da agricultura capitalista, na década de 1950 eclodiram os primeiros movimentos sociais de luta pela terra.

LEGENDAS:

[f.1] Cotidiano do campo. Fonte: Brasil de Fato, 2019.

[f.2] Cultivo Familiar. Fonte: Norte Agropecuario, 2019.



LEGENDAS:

[f.3] Histórico da luta pela terra. Organização: arquivo pessoal, 2019.

[f.4] Movimento social. Fonte: Brasil de Fato, 2019.

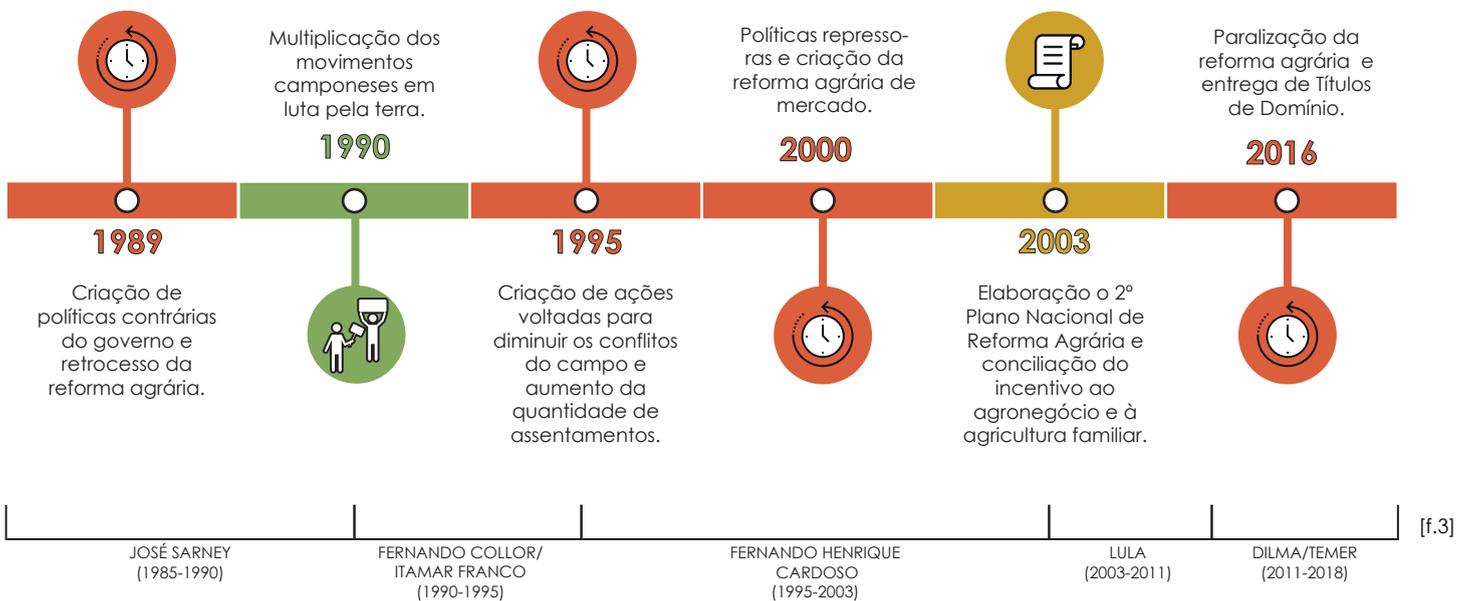
Em 1980 surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que tinha como foco a luta pela terra e pela reforma agrária. OLIVEIRA (2001) destaca que foi a partir desse momento que se iniciou por parte do governo um processo de reforma agrária, e se materializaram os primeiros assentamentos rurais. Durante seu governo, José Sarney elaborou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, que buscava o cumprimento da função social da propriedade e a criação de assentamentos. Porém, não teve grande sucesso, devido à movimentação contrária das elites da época. Nos anos seguintes, o então presidente, Fernando Collor, era contra a reforma agrária e tinha a bancada ruralista como aliada, retrocedendo o pouco processo de reforma agrária que já havia sido feito até o momento.

Devido às políticas contrárias do governo a década de 1990 foi marcada por um número muito grande de conflitos rurais. A multiplicação dos movimentos obrigou o governo a criar ações para diminuir as lutas. Em 1995, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso a quantidade de assentamentos de reforma agrária cresceu, porém, segundo CABRAL (2016) o aumento constante no número de conflitos, fez com que em seu segundo mandato

FHC criasse programas para facilitar a compra de terras (reforma agrária de mercado) e diminuir os movimentos sociais, dessa forma, já que os trabalhadores teriam fácil acesso à terra, o governo não precisaria desapropriar de grandes latifundiários.

Com a eleição de Lula em 2003, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como finalidade, garantir o acesso à terra, à geração de renda, saúde e educação. Houve um grande crescimento no número de ocupações e assentamentos, porém, para ENGELMANN (2012) o governo não cumpriu as metas pois tentou conciliar o incentivo à agricultura familiar com uma política de apoio ao agronegócio e dessa forma, buscava não desapropriar terras a favor dos grandes latifundiários.

Atualmente, a política de reforma agrária está praticamente paralisada, poucos imóveis são desapropriados e nos últimos anos, segundo ALENTEJANO (2018), foram entregues 26.523 Títulos de Domínio, que transferem o imóvel ao beneficiário em caráter definitivo. Antes, sob posse do governo, a terra não poderia ser comercializada, com o título de domínio o proprietário tem o direito de vender o seu bem e dessa forma a propriedade pode retornar ao mercado.

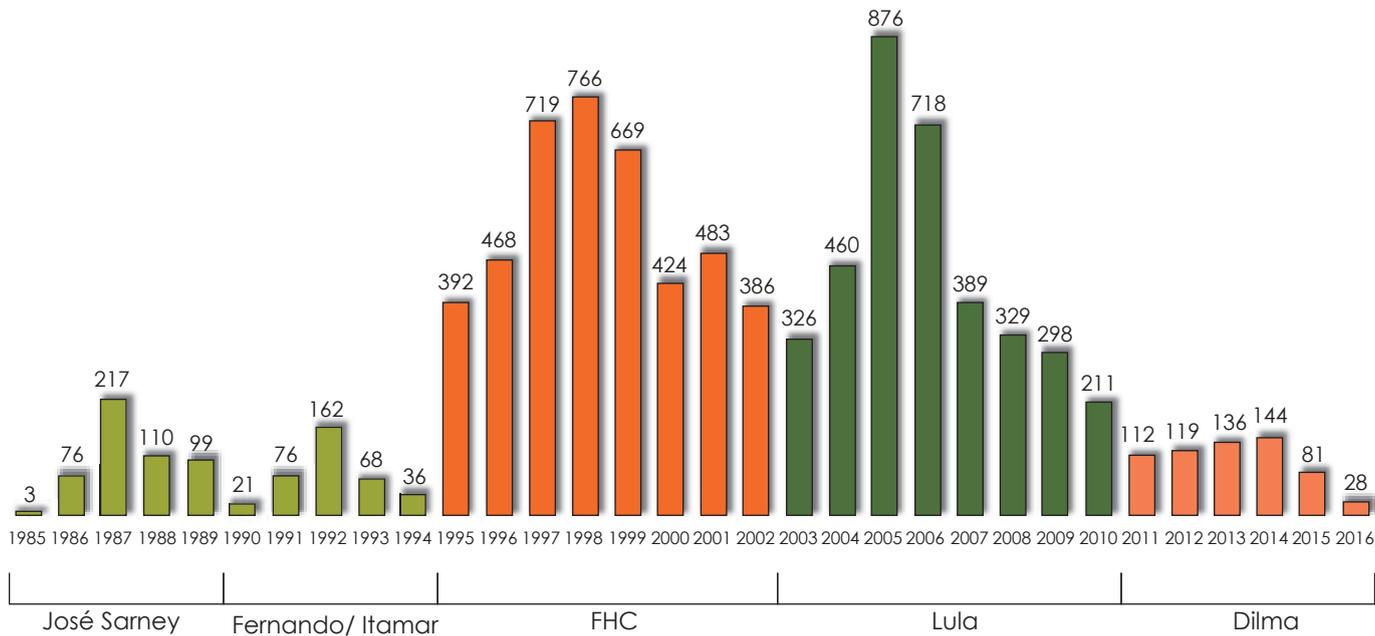


[f.4]



[f.5]

Assentamentos criados no Brasil
ao longo dos anos



[f.6]

Ao longo dos anos, foram criadas várias políticas públicas para fazer cumprir a função social da terra, mas que nunca foram realmente realizados devido as grandes influências dos latifundiários no governo. Nota-se que o número de assentamentos criados teve altas e quedas ao longo dos anos, principalmente devido às estratégias governamentais de cada período. Apenas no início do governo de FHC que é visto um aumento considerável no número de assentamentos. Dessa época até o primeiro mandato do governo Lula se encontram os maiores valores analisados, a partir daí até os dias atuais a quantidade de assentamentos só decaiu. Os dados mostram que atualmente o governo não investe em políticas públicas agrárias, que necessita urgentemente da criação de novas propostas.

Na história do Brasil, a reforma agrária em si nunca foi realizada, pois a redistribuição das áreas rurais nunca foi feita. De acordo com Alentejano (2018), da área total de 88.847.137 ha correspondentes aos assentamentos rurais criados no Brasil, apenas 1/3 correspondem a áreas desapropriadas para fins de reforma agrária. Com isso, podemos concluir que não houve redistribuição da terra, e sim a utilização de terras públicas ou a compra de terras para criação dos assentamentos agrícolas, que estão localizadas principalmente na região norte do país, longe dos principais polos econômicos. "Para não fazer reforma agrária, evitando o confronto com o poder dos latifundiários, os sucessivos governos brasileiros criam as mais diversas saídas." – Alentejano (2018).

LEGENDAS:
[f.5] Símbolo do Movimento Social Sem Terra. Fonte: Atitude Tocantins, 2019.
[f.6] Número de assentamentos criados no Brasil ao longo dos anos. Fonte: INCRA, 2019. Organização: arquivo pessoal, 2019.
[f.7] Feira da reforma agrária. Fonte: Joka Madrugá, 2019.



[f.7]

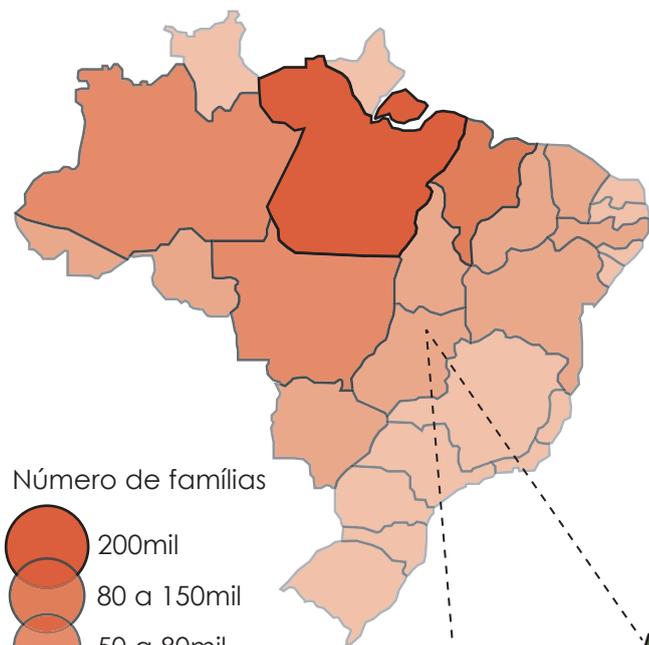
latifúndio goiano

A região que se encontra hoje o estado de Goiás começou a ser povoada por volta de 1725, quando a extração de ouro se tornou uma forma de acumulação de capital. Segundo BARRETO (2018), após os anos de auge, a partir de 1860 verificou-se a decadência da mineração em Goiás e por esse motivo, a lavoura e a pecuária tornaram-se as atividades principais da região. A qualidade das terras possibilitou a expansão da atividade e assim, houve um processo de consolidação de fazendas que acabaram formando o latifúndio colonial em Goiás. Por volta de 1970 Goiás passou a ser uma

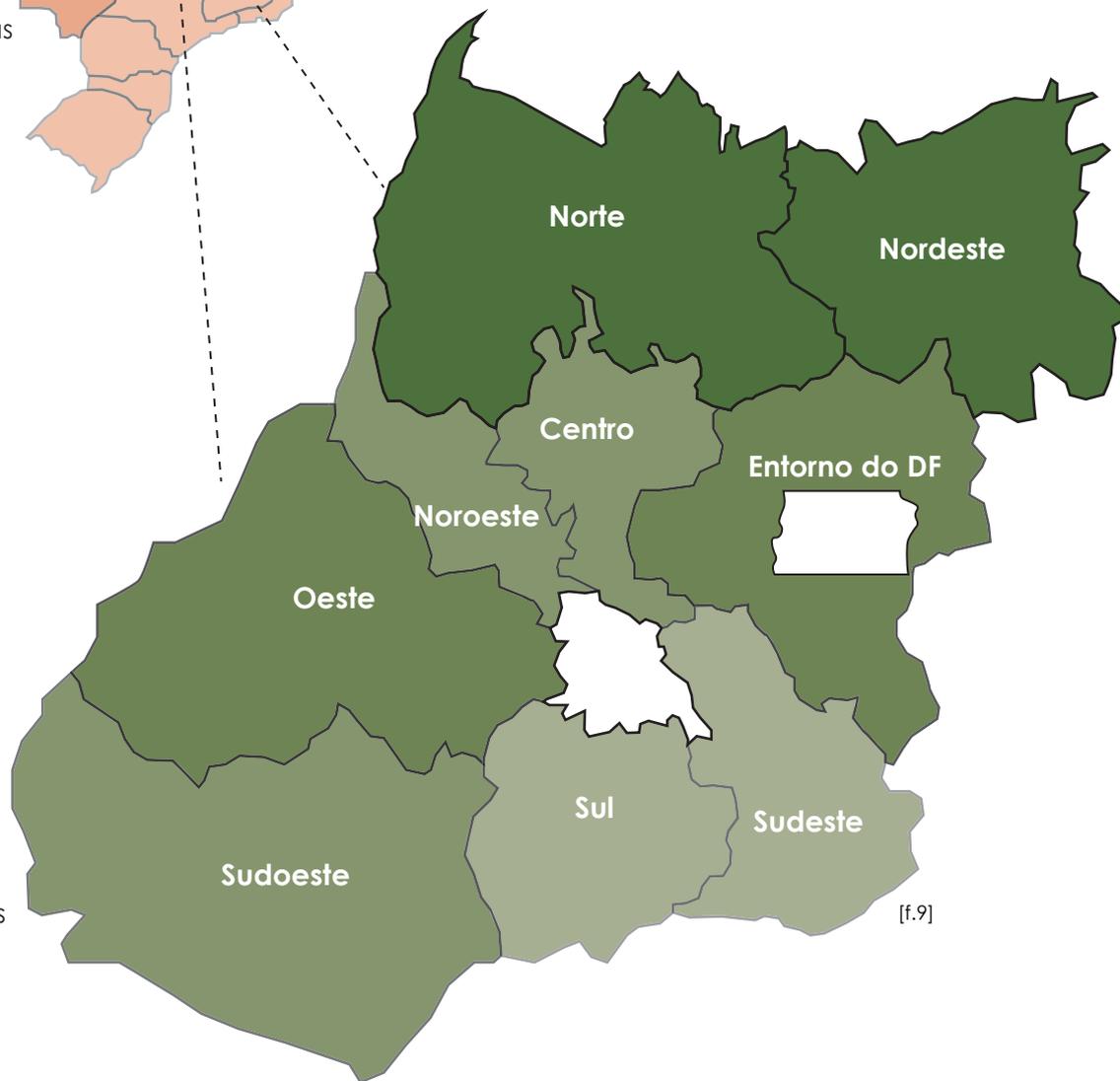
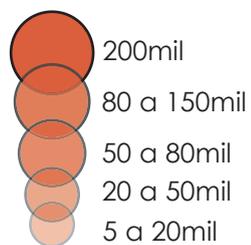
grande região produtora de soja, e a produção em larga escala se desenvolveu principalmente na região sul e sudoeste do estado. É por esse motivo que Gosch (2013) destaca que o estabelecimento dos assentamentos em Goiás, da mesma forma que no Brasil como um todo, foram feitos principalmente fora das regiões produtoras, o que nos mostra que a reforma agrária em Goiás foi desenvolvida longe dos principais eixos econômicos do estado em prol de não prejudicar os grandes latifundiários existentes, se localizando essencialmente nas regiões menos desenvolvidas, no vale do Araguaia, centro, norte e nordeste goiano.



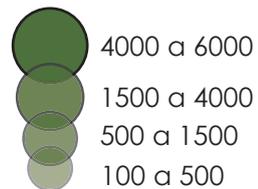
[f.8]



Número de famílias



Número de famílias

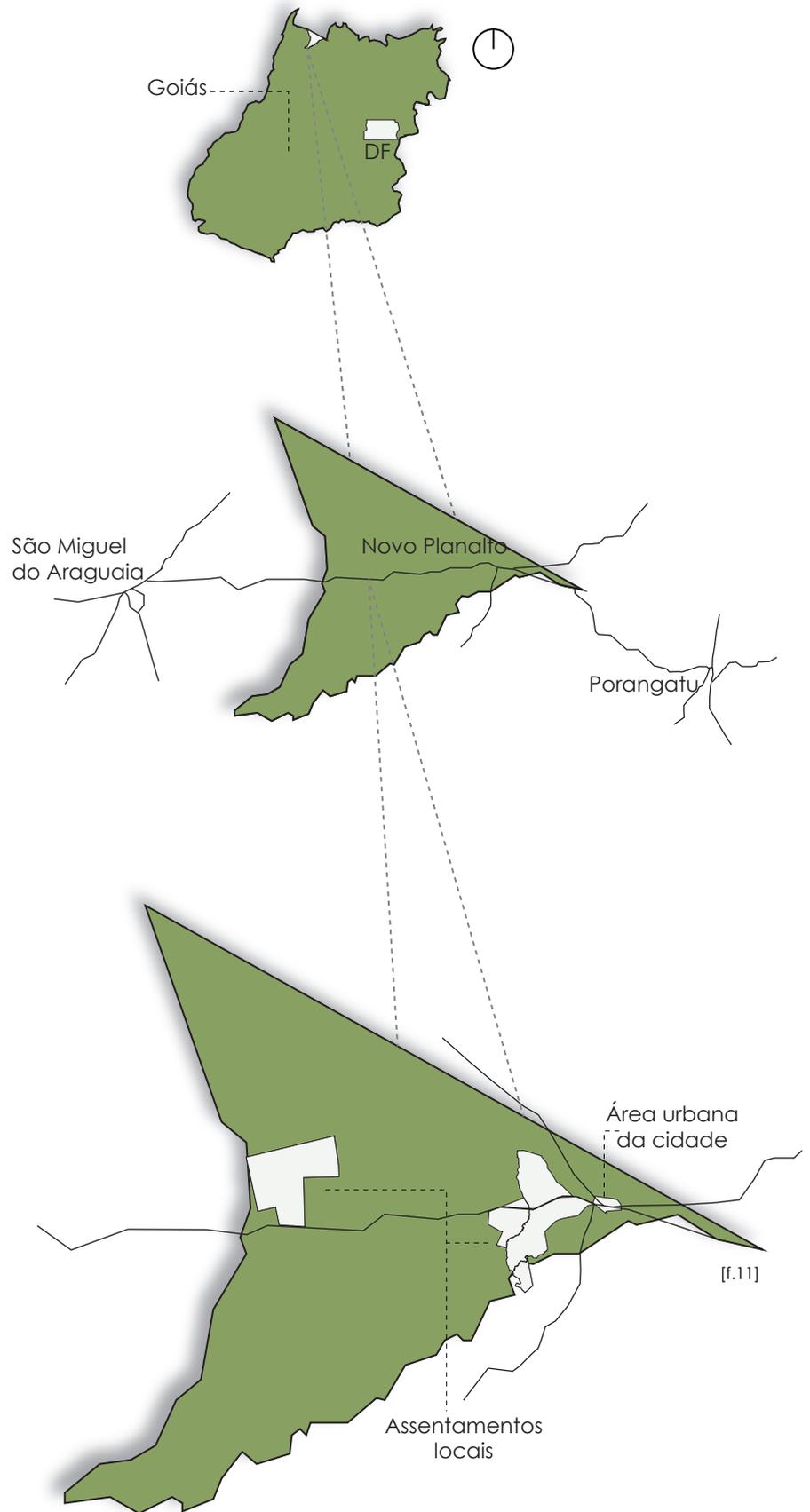


LEGENIDAS:
 [f.8] Cultivo familiar.
 Fonte: SEAGRI, 2019.
 [f.9] Número de famílias assentadas no Brasil e em Goiás. Fonte: INCRA, 2019. Organização: arquivo pessoal, 2019.





as comunidades



Novo Planalto

O município de Novo Planalto se localiza no extremo norte de Goiás, próximo à divisa com o estado de Tocantins. Está inserido na mesorregião do Noroeste Goiano e faz limite com os municípios de Porangatu-GO, São Miguel do Araguaia-GO, Bonópolis-GO e Araguaçu-TO.

De acordo com ANDRADE (2000) a cidade de Novo Planalto-GO nasceu por volta da década de 1950, quando se instalou no local uma pensão para servir comida e hospedagem às tropas que conduziam as boiadas em destino ao rio Araguaia no período da seca. A pensão se localizava a cerca de 5km da atual área urbana da cidade, porém, por volta de 1960 com a criação da GO-244, a pensão foi transferida para as margens da rodovia, e a partir daí começaram a surgir casas e comércios em seu entorno.

Novo Planalto no início de seu surgimento, era considerado povoado de Porangatu-GO, em 1968 foi elevado a distrito de São Miguel do Araguaia-GO, e em 1989 foi emancipado. Hoje, conta com uma população de 3.956 habitantes, possui um distrito chamado Vila Formosa e 5 assentamentos agrícolas.

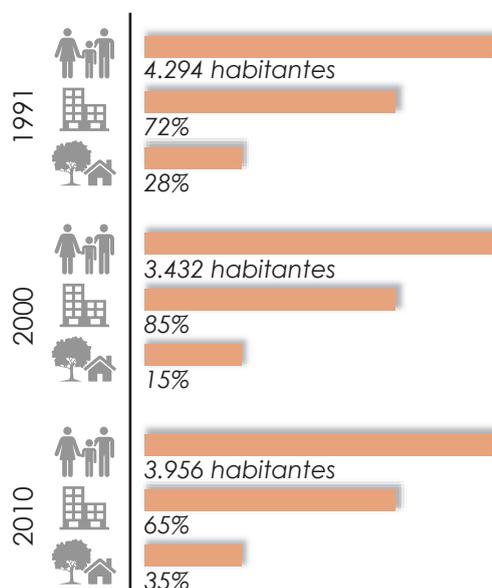
A atividade econômica da cidade, teve mudanças de foco ao longo dos anos. A agricultura teve seu auge na década de 1980, com a abertura de grandes fazendas, pois o intuito era produzir com excedência para exportação. Os créditos e juros subsidiados pelo governo facilitaram o investimento na agricultura, fazendo Novo Planalto se tornar um dos maiores produtores de arroz da região. Porém, na década

de 1990, a diminuição de créditos fez com que a atividade agrícola de Novo Planalto decaísse, tendo os agricultores como única alternativa investir na criação de gado leiteiro e de corte (ANDRADE, 2000).

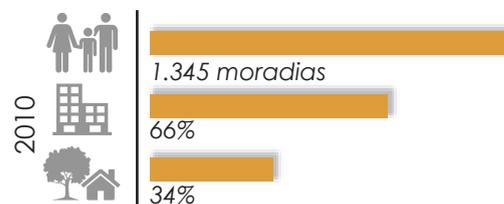
Até a década de 2000, houve um intenso êxodo rural na região. O auge da agricultura e a concentração de terras fez desaparecer inúmeras pequenas propriedades rurais. Com o fim das grandes lavouras e a mudança de foco da agricultura para a pecuária, a pouca demanda por mão de obra fez diminuir a quantidade de homens vivendo e trabalhando no campo. Nesse período foi possível observar uma queda de mais de 50% da população residente na zona rural. De acordo com o CENSO IBGE do ano de 1991, 3.190 pessoas residiam na área urbana e cerca de 1204 na zona rural. Já os dados dos anos 2000 mostram que um total de 2.925 pessoas moravam na cidade e apenas 507 habitavam o campo.

Hoje, Novo Planalto conta com 5 assentamentos agrícolas, com cerca de 719 habitantes. O processo de luta pela conquista de todos os assentamentos se deu por volta do ano de 2003 até 2007, o que fez crescer novamente o número da população na zona rural. Atualmente 35% da população de Novo Planalto mora no campo, sendo 25% maior se comparado à média da população rural do Brasil. E de acordo com dados do IBGE 2017, 46% da economia da cidade é gerada pela agropecuária de pequeno e grande porte, que varia entre a criação de animais e o cultivo de grãos.

População por zona



Moradias por zona

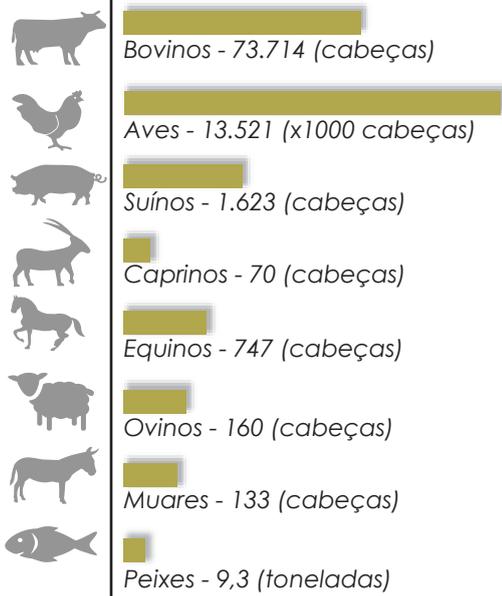


Trabalho por zona



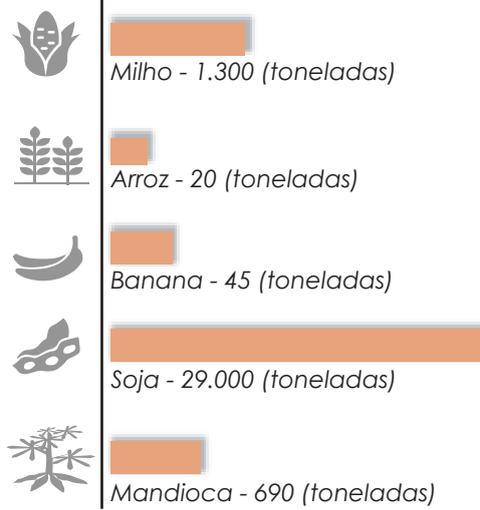
[f.12]

Criação



[f.13]

Cultivo



LEGENDAS:
[f.10] Vista aérea de Novo Planalto. Fonte: Fernando Leal, 2018.
[f.11] Localização da cidade. Fonte: arquivo pessoal, 2019.
[f.12] Dados sociais. Fonte: IBGE, 2019. Organização: arquivo pessoal, 2019.
[f.13] Dados econômicos. Fonte: IBGE, 2019. Organização: arquivo pessoal, 2019.
[f.14] Vista aérea de Novo Planalto. Fonte: Fernando Leal, 2018.



[f.14]

Uma Comunidade Agrícola em Novo Planalto

assentamentos locais

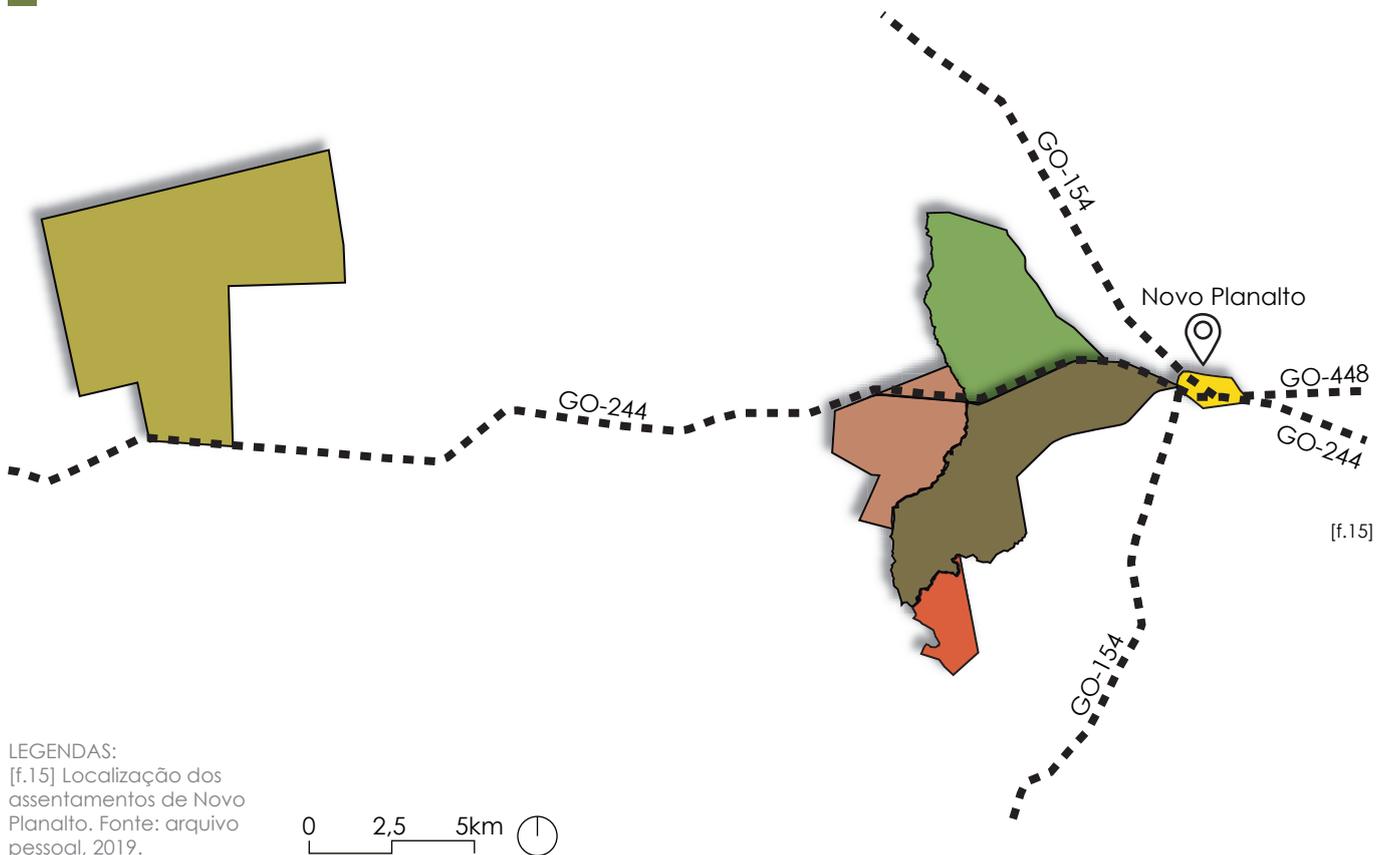
Conforme dito anteriormente, os assentamentos agrícolas em Goiás foram implantados fora dos eixos econômicos das regiões mais produtoras do estado (Regiões Sul e Sudeste), em prol de não prejudicar o desenvolvimento dos grandes latifúndios locais.

No território de Goiás os assentamentos se localizam essencialmente nas regiões do vale do Araguaia, principalmente no extremo norte do estado. De acordo com os dados do Incra-GO foram criados em Goiás entre outubro de 1986 e novembro de 2017, 417 assentamentos agrícolas, com mais de 20.900 famílias assentadas. Desse valor, cerca de 32% dos assentamentos e 45% das famílias estão localizadas na região norte e nordeste do estado.

Na região norte, onde se encontra a área de estudo, cerca de 5% dos assentamentos e 4,5% das famílias assentadas se localizam no município de Novo Planalto-GO, divididas em 5 comunidades conhecidas como: Sepé Tiarajú, Camilo Torres, Antônio Conseqelheiro, Roseli Nunes, e Pontal do Araguaia.

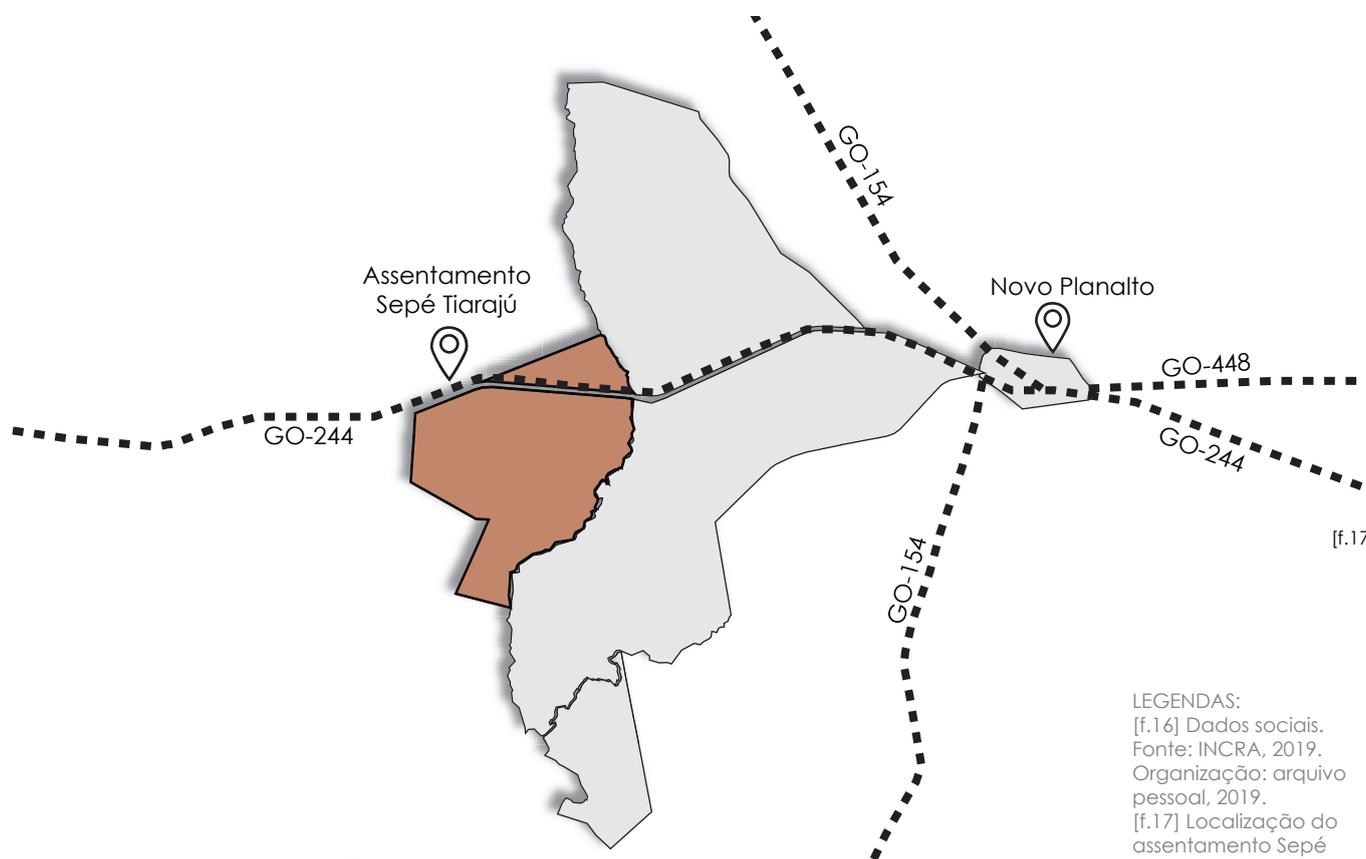
O assentamento a que se destina o projeto, Sepé Tiarajú, mais conhecido como Antiga Fazenda Planalto, é o que se encontra, dentre todos os outros, com a situação mais precária. Seu espaço conta com 27 parcelas ou famílias, 81 habitantes, e 1.150,9793 ha. Sua localização está na GO-244, no sentido São Miguel do Araguaia e seu processo de formação se deu no ano de 2006. A antiga fazenda Planalto, foi comprada na época pelo INCRA para a criação do projeto de assentamento. Durante o ano de 2007 foram concluídas as divisões das parcelas, ficando cerca de 30ha para cada família assentada. Hoje, a produção observada é individual e varia desde a criação de animais (gado, porcos, peixes e galinhas) até a agricultura (plantação de mandioca, milho, banana, arroz, feijão, hortaliças, etc.), voltados para o comércio e para subsistência.

De acordo com SANTOS(2018) o assentamento conta com uma porcentagem de 49% de adultos, 21% de crianças, 19% de jovens, e 11% de idosos. Com uma média aproximada de 1,3 salários mínimos por família.



Assentamentos de Novo Planalto	Nome Popular	 Residências	 Famílias	 Habitantes	 Ano	 Área (ha)
Sepé Tiarajú	Fazenda Planalto	27	26	81	2006	1.150,97ha
Camilo Torres	Rio Pintado 1	67	56	189	2006	2.655,20ha
Antônio Conselheiro	Rio Pintado 2	30	26	67	2006	1.455,31ha
Roseli Nunes	Projeto	37	34	102	2006	1.734,40ha
Pontal do Araguaia	Curicaca	96	86	280	2003	4.640,07ha

[f.16]



[f.17]

LEGENDAS:
 [f.16] Dados sociais.
 Fonte: INCRA, 2019.
 Organização: arquivo pessoal, 2019.
 [f.17] Localização do assentamento Sepé Tiarajú. Fonte: arquivo pessoal, 2019





aspectos físicos

A região apresenta um clima tropical, caracterizado pela ausência da estação fria, com uma temperatura média anual alta (27°C), e variações de temperatura baixas. O período chuvoso vai de novembro a março e a direção dos ventos predominantes são de norte à sul e de leste à oeste.

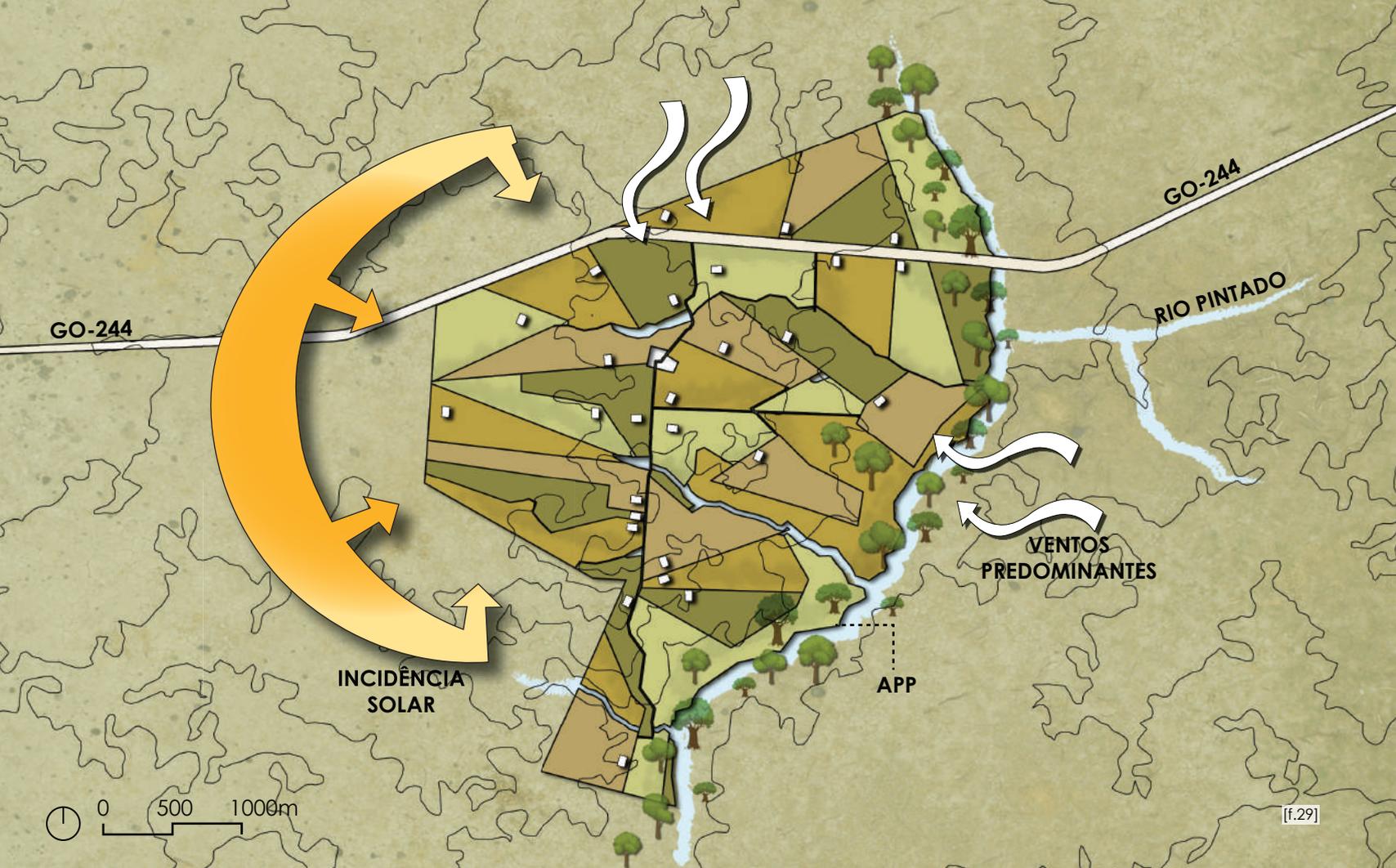
A região se encontra no bioma cerrado e sua cobertura vegetal é de formação savânica, caracterizada por espécies arbóreas e arbustivas com solo graminoso, que englobam: O Cerrado sentido restrito, caracterizado pela presença de árvores tortuosas, com ramificações irregulares em formações mais densas; O Parque cerrado, caracterizado pela presença de campos limpos e agrupamentos de árvores em porções do

terreno; O Palmeiral, caracterizado por solo brejoso, com a presença de palmeiras; E a Vereda, caracterizada por um solo úmido, próximo às nascentes, com a presença de palmeiras arbóreas buriti (EMBRAPA, 2019).

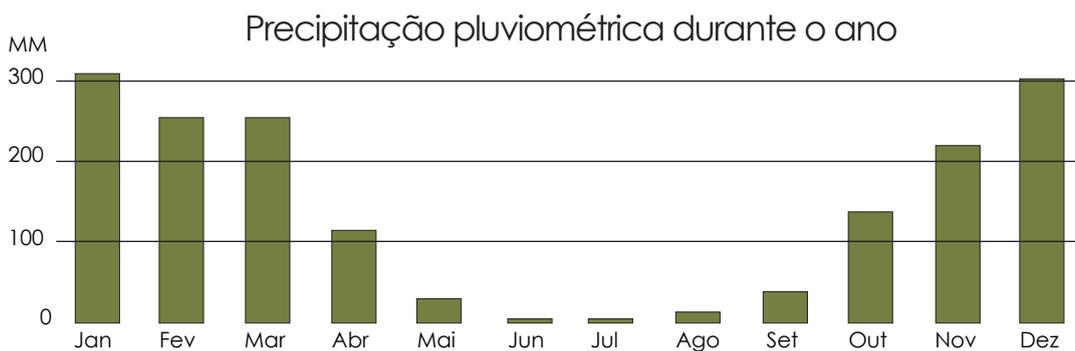
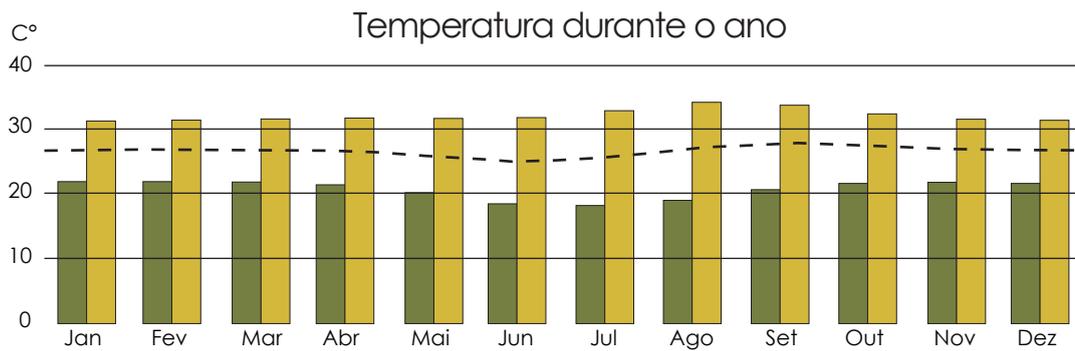
A cobertura do solo é formada pelo latossolo e é predominantemente composta por pastagens e atividades agrícolas. No Cerrado, os latossolos ocupam praticamente todas as áreas planas a suave onduladas, com declividade que raramente ultrapassam 7% de inclinação, como acontece na região. Os latossolos são passíveis de utilização com culturas anuais, perenes, pastagens e reflorestamento. São profundos, porosos, bem drenados, bem permeáveis e de fácil preparo (EMBRAPA, 2019).



[f.28]



[f.29]



[f.30]

LEGENIDAS:
 [f.18] Glebas do assentamento Sepé Tiarajú. Fonte: arquivo pessoal, 2019.
 [f.19] a [f.28] Assentamento Sepé Tiarajú. Fonte: arquivo pessoal, 2019.
 [f.29] Análises físicas. Fonte: arquivo pessoal, 2019.
 [f.30] Características climáticas. Fonte: Climate Data, 2019. Organização: arquivo pessoal, 2019.





a necessidade social

Com base na necessidade diária das famílias, o programa foi desenvolvido com foco em disponibilizar à população habitação de qualidade, acesso à educação, saúde e convívio social. Dessa forma a proposta inclui o desenvolvimento de um protótipo de habitação flexível com 2 ou 3 quartos, e um edifício comunitário, composto por um salão de festas, uma unidade básica de saúde e um espaço educacional, voltados a atender toda a população dos assentamentos locais.

Habitacional

Atualmente o assentamento Sepé Tiarajú conta com 26 famílias e 81 habitantes. A média é de 3,115 habitantes por residência, dessa forma serão propostas habitações com 2 e 3 quartos.

Social

O salão comunitário será destinado a usos públicos, como: reuniões, festas, palestras e atividades religiosas. O espaço atenderá cerca de 300 pessoas, e será destinados à população total dos assentamentos.

Hospitalar

O ambiente hospitalar funcionará como uma unidade básica de saúde seguindo os padrões mínimos propostos pelo ministério da saúde, fornecendo atendimentos básicos e gratuitos à população.

Educacional

O espaço educacional será destinado à realização de cursos técnicos voltados para o cotidiano do campo, e funcionará como um núcleo educacional de apoio agrícola. O ambiente contará com laboratórios técnicos, cozinha escola, biblioteca e alojamentos.

Habitacional

25,00m ²	Copa e cozinha
17,00m ²	Sala de estar
3,50m ²	Banheiro social
12,00m ²	Quarto
12,00m ²	Quarto
18,00m ²	Suíte
10,00m ²	Circulação
6,00m ²	Área de serviço
2,50m ²	Banheiro externo
20,00m ²	Área externa
20,00m ²	Garagem

Subtotal: 146,00m²

Social

615,00m ²	Salão comunitário
70,00m ²	Cozinha
20,00m ²	Deposito
20,00m ²	Banheiro feminino
20,00m ²	Banheiro masculino
50,00m ²	Circulação

Subtotal: 795,00m²

Hospitalar

10,00m ²	Recepção
10,00m ²	Administração
50,00m ²	Sala de espera
5,00m ²	Banheiro feminino
5,00m ²	Banheiro masculino
10,00m ²	Sala de vacinação
12,00m ²	Sala de curativos
12,00m ²	Sala de coleta de materiais
13,00m ²	Consultório de atendimento
13,00m ²	Consultório de atendimento
18,00m ²	Consultório de ginecologia
18,00m ²	Consultório odontológico
22,00m ²	Sala de cuidados básicos
22,00m ²	Sala de observação
7,00m ²	Sala de esterilização
7,00m ²	Sala de medicamentos
12,00m ²	Sala agentes de saúde
5,00m ²	Copa
5,00m ²	Banheiro de funcionários
7,00m ²	DML
80,00m ²	Circulação

Subtotal: 343,00m²

Educacional

15,00m ²	Administração
7,00m ²	Depósito
13,00m ²	Banheiro feminino
13,00m ²	Banheiro masculino
40,00m ²	Laboratório de curso técnico
45,00m ²	Laboratório de curso técnico
45,00m ²	Laboratório de informática
50,00m ²	Sala de aula
50,00m ²	Cozinha escola
50,00m ²	Biblioteca
22,00m ²	Alojamento
7,00m ²	Copa
40,00m ²	Hall
60,00m ²	Circulação

Subtotal: 457,00m²

[f.32]





o centro comunitário

De acordo com BOMFIM (2000) o centro comunitário é constituído por um conjunto de espaços multifuncionais, concentrados ou não num mesmo edifício, com espaços abertos à comunidade, onde se desenvolvem ações para suprir as necessidades diárias da população, visando a prevenção de problemas sociais, a melhoria da qualidade de vida da comunidade, e a consolidação do desenvolvimento local, através da integração das famílias, da promoção da cultura e do atendimento social.

Ainda segundo BOMFIM (2000), o dinamismo dos locais leva à necessidade da criação de um modelo de centro comunitário ligado ao contexto onde se insere, tendo em conta as características da realidade, dos problemas, vulnerabilidades e necessidades existentes. Pois é no território onde os problemas terão de ser resolvidos, onde se identificam as prioridades a serem adotadas para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Dessa forma, o projeto surge como uma maneira de reunir num mesmo local as atividades diagnosticadas como necessárias ao dia-a-dia da população, com foco em nutrir os laços sociais, promover infraestrutura e integração da comunidade. Assim, o centro comunitário será um edifício multifuncional, que abrigará os equipamentos de uso público, e fornecerá às famílias no seu cotidiano: educação, convívio social e atendimento médico.

O local de implantação do edifício se localiza na antiga sede da fazenda Planalto, que hoje é a "área da união" do assentamento (gleba que não pertence a nenhuma das famílias). Seu espaço apresenta um curral em desuso, dois galpões e uma residência antigamente usada para reuniões da comunidade. Sua localização tem acesso pela via principal do assentamento e é dividida em quatro partes, com uma metragem total de 23.876,00m².

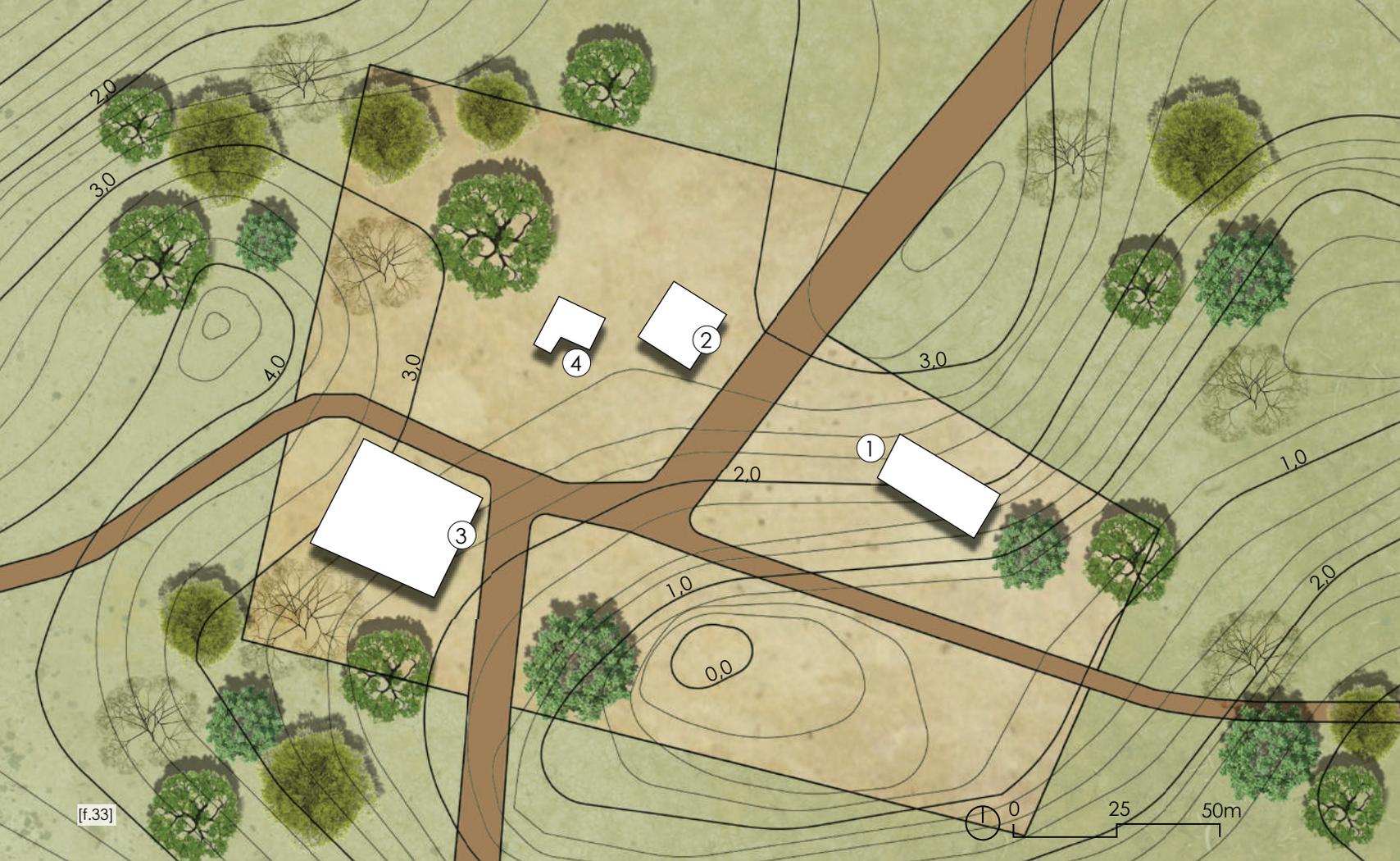
LEGENDAS:

[f.31] Cultivo familiar. Fonte: Banco de alimentos, 2019.

[f.32] Diagrama de programa. Fonte: arquivo pessoal, 2019.

[f.33] Terreno de implantação. Fonte: arquivo pessoal, 2019.

[f.34] a [f.42] Fotos do assentamento Sepé Tiarajú. Fonte: arquivo pessoal, 2019.





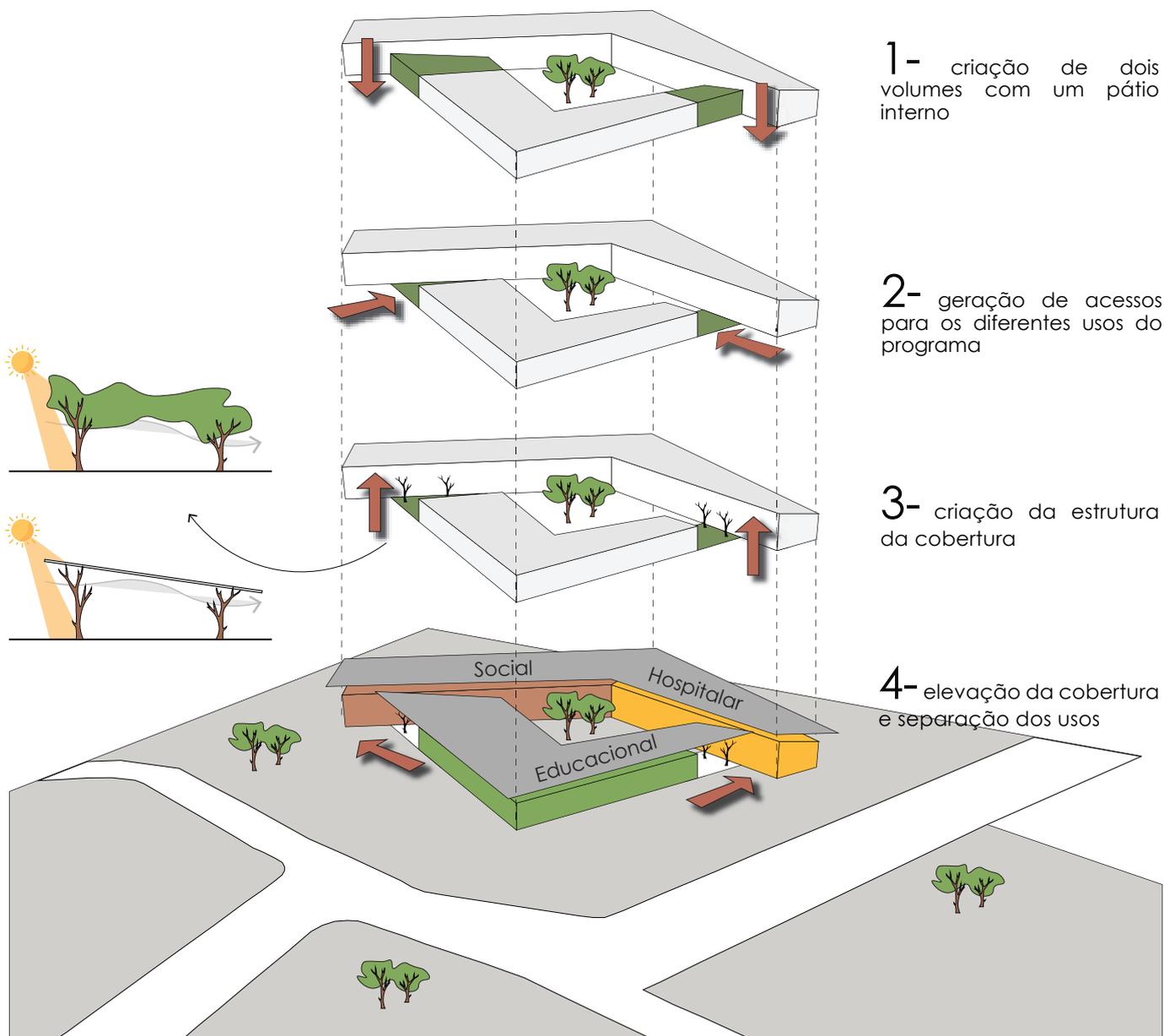
volumetria

A proposta formal do edifício surgiu a partir da criação de dois volumes principais com um pátio central de convívio social. O pátio surge com foco de organizar e separar as diferentes funções do programa, pois ao mesmo tempo que conecta, também define a privacidade das atividades abrigadas, tornando-se uma área comum para todas as zonas do edifício.

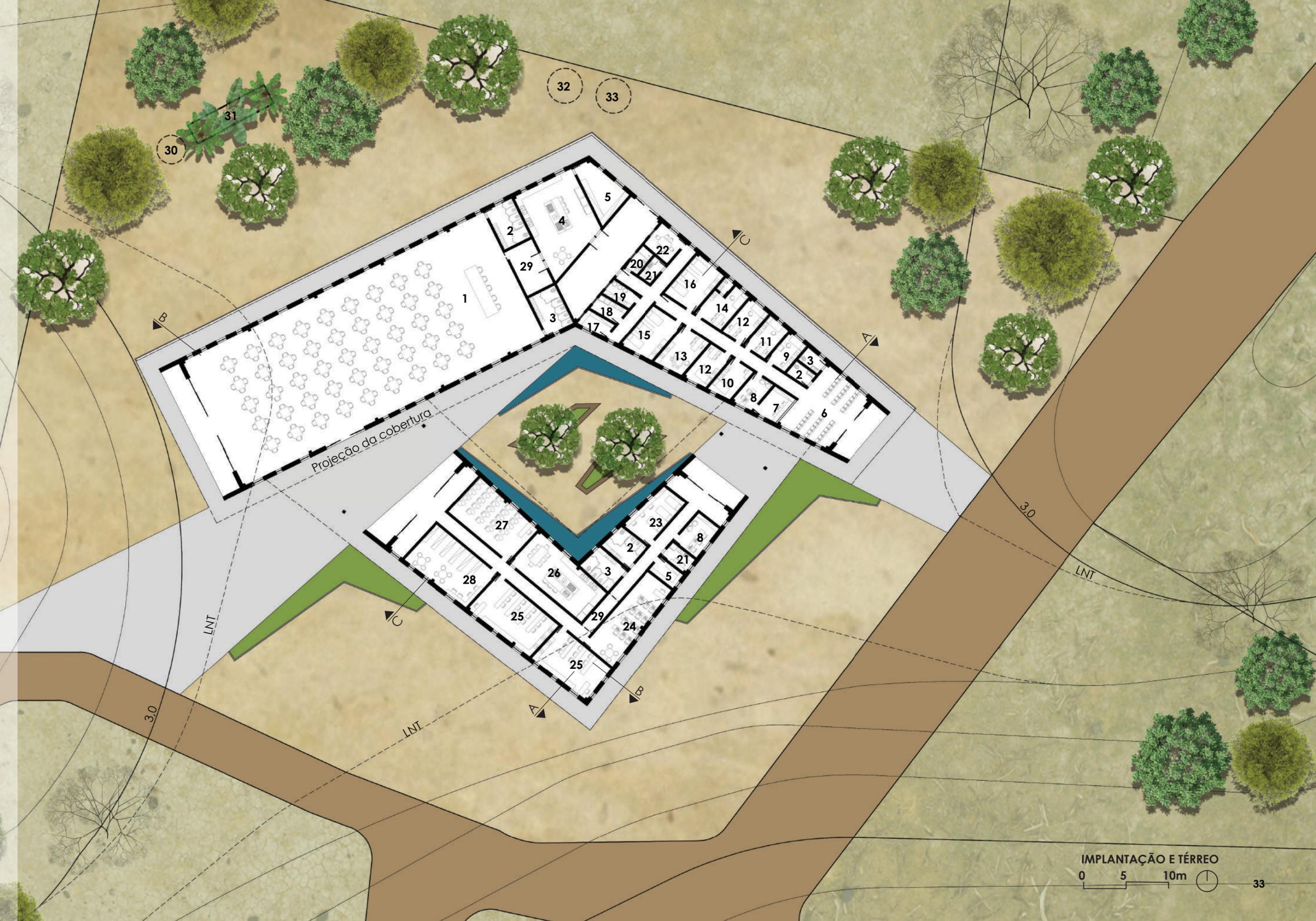
Após a primeira etapa, os blocos foram desconectados para a criação de acessos distintos de modo a atender aos usos que são independentes entre si e, assim, permitir uma maior flexibilidade nas necessidades específicas de cada zona.

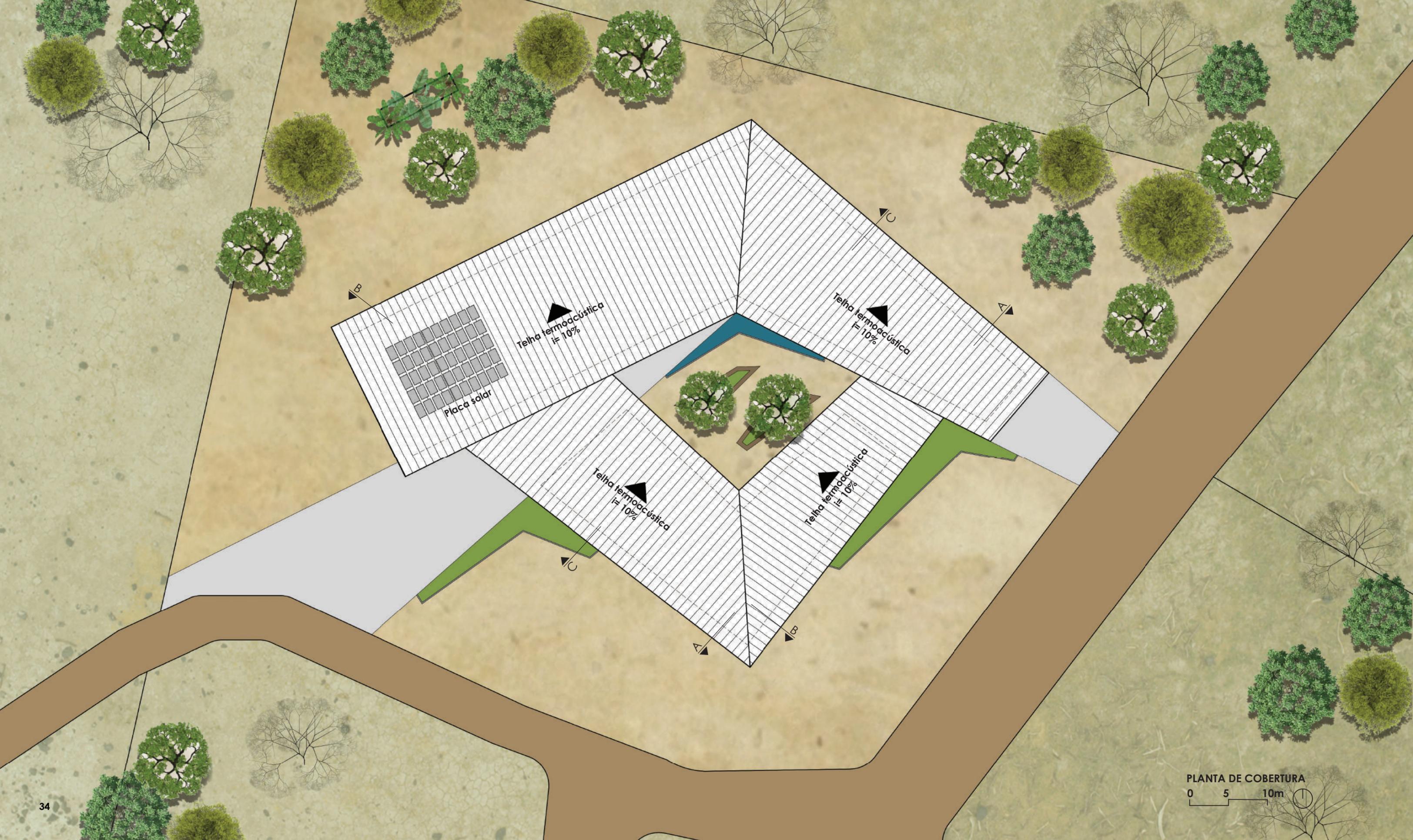
Em seguida, os blocos foram conectados por uma cobertura elevada, estruturada por um esqueleto em formato de árvore, que faz uma ligação da estrutura com a paisagem natural local, possibilitando a difusão da luz do dia e da ventilação cruzada na parte interna do edifício e, promovendo assim a utilização de recursos naturais e não artificiais. Além de possibilitar a criação de grandes beirais para proteger a edificação do contato da chuva, bem como da insolação direta nas fachadas.

A partir daí os usos foram divididos em: 1-área social; 2-educacional; e 3-hospitalar.



- 1- SALÃO
- 2- BANHEIRO FEMININO
- 3- BANHEIRO MASCULINO
- 4- COZINHA
- 5- DEPÓSITO
- 6- SALA DE ESPERA
- 7- RECEPÇÃO
- 8- ADMINISTRAÇÃO
- 9- SALA DE VACINAÇÃO
- 10- SALA DE COLETA
- 11- SALA DE CURATIVOS
- 12- CONSULTÓRIO DE ATENDIMENTO
- 13- CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
- 14- CONSULTÓRIO DE GINECOLOGIA
- 15- SALA DE CUIDADOS BÁSICOS
- 16- SALA DE OBSERVAÇÃO
- 17- DML
- 18- SALA DE MEDICAMENTOS
- 19- SALA DE ESTERILIZAÇÃO
- 20- BANHEIRO DE FUNCIONÁRIOS
- 21- COPA
- 22- SALA DE AGENTES DE SAÚDE
- 23- ALOJAMENTO
- 24- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
- 25- LABORATÓRIO DE ESTUDO
- 26- COZINHA ESCOLA
- 27- SALA DE AULA
- 28- BIBLIOTECA
- 29- RESERVATÓRIO SUPERIOR
- 30- BIODIGESTOR
- 31- BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO
- 32- RESERVATÓRIO DE ÁGUA PLUVIAL
- 33- POÇO SEMI ARTESIANO





Placa solar

Telha termocústica
i= 10%

Telha termocústica
i= 10%

Telha termocústica
i= 10%

Telha termocústica
i= 10%

PLANTA DE COBERTURA

0 5 10m



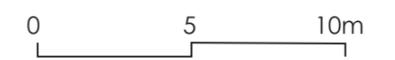
CORTE AA



CORTE BB



CORTE CC





FACHADA SUDESTE



FACHADA SUDOESTE



FACHADA NORDESTE



FACHADA NOROESTE





técnicas construtivas

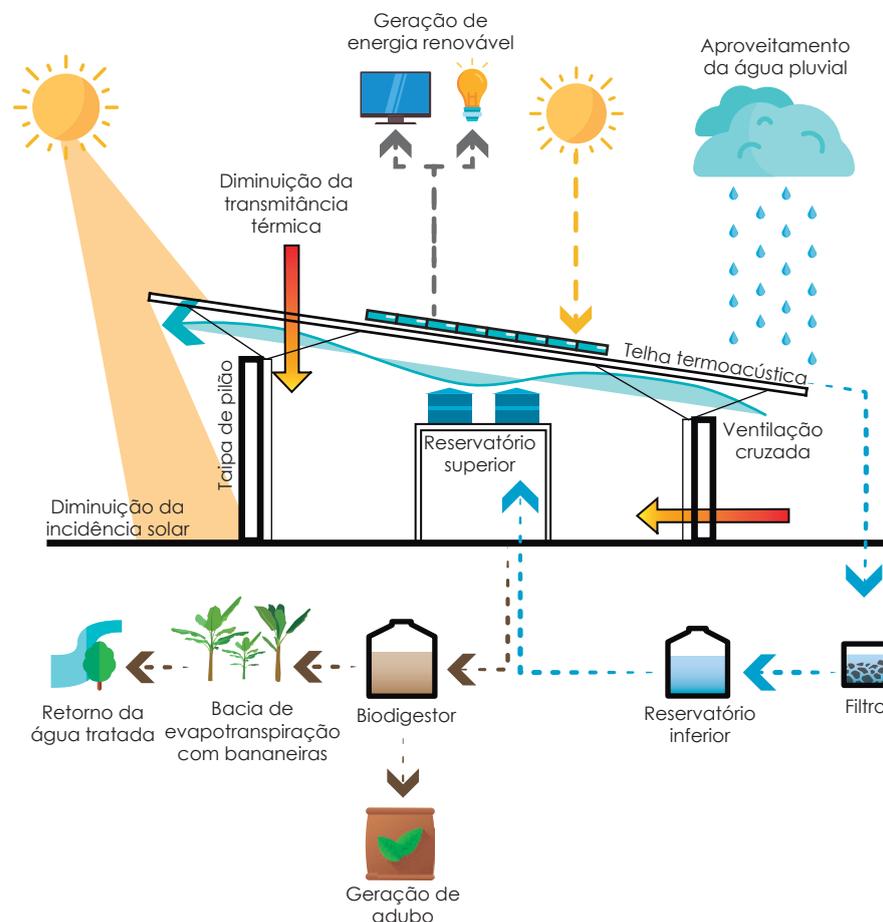
A materialidade e as técnicas construtivas do projeto foram escolhidas pensando-se na utilização de recursos locais e na possibilidade de empregar técnicas vernaculares trabalhadas de forma atual para um melhor desempenho da edificação. Na vedação foi empregada a taipa de pilão, um sistema de construção autoportante feito com terra prensada, que é ecoeficiente, apresenta grande durabilidade e devido à espessura densa das paredes, garante conforto ao ambiente interno, minimizando o calor e melhorando a sensação térmica. Além disso, a técnica pode ser construída a partir da terra local, o que ajuda a criar uma harmonia entre o edifício e os aspectos naturais do entorno.

Pela característica autoportante da vedação a estrutura da cobertura foi trabalhada de forma independente das paredes, e consiste basicamente em uma treliça metálica espacial em formato de árvore, que eleva a cobertura em relação à vedação, contribuindo na fisionomia do edifício, e fazendo uma ligação com a paisagem natural local.

Já as tecnologias utilizadas, visam basicamente conter os problemas locais de clima e infraestrutura, como: 1- uso de ventilação cruzada, grandes beirais na cobertura, e materiais que diminuem a transmitância térmica, para resolver o problema do alto calor local; 2- uso de energia renovável, apro-

veitamento da água da chuva e tratamento de esgoto ecológico, para suprir a necessidade local, já que a comunidade não possui abastecimento de infraestrutura pública.

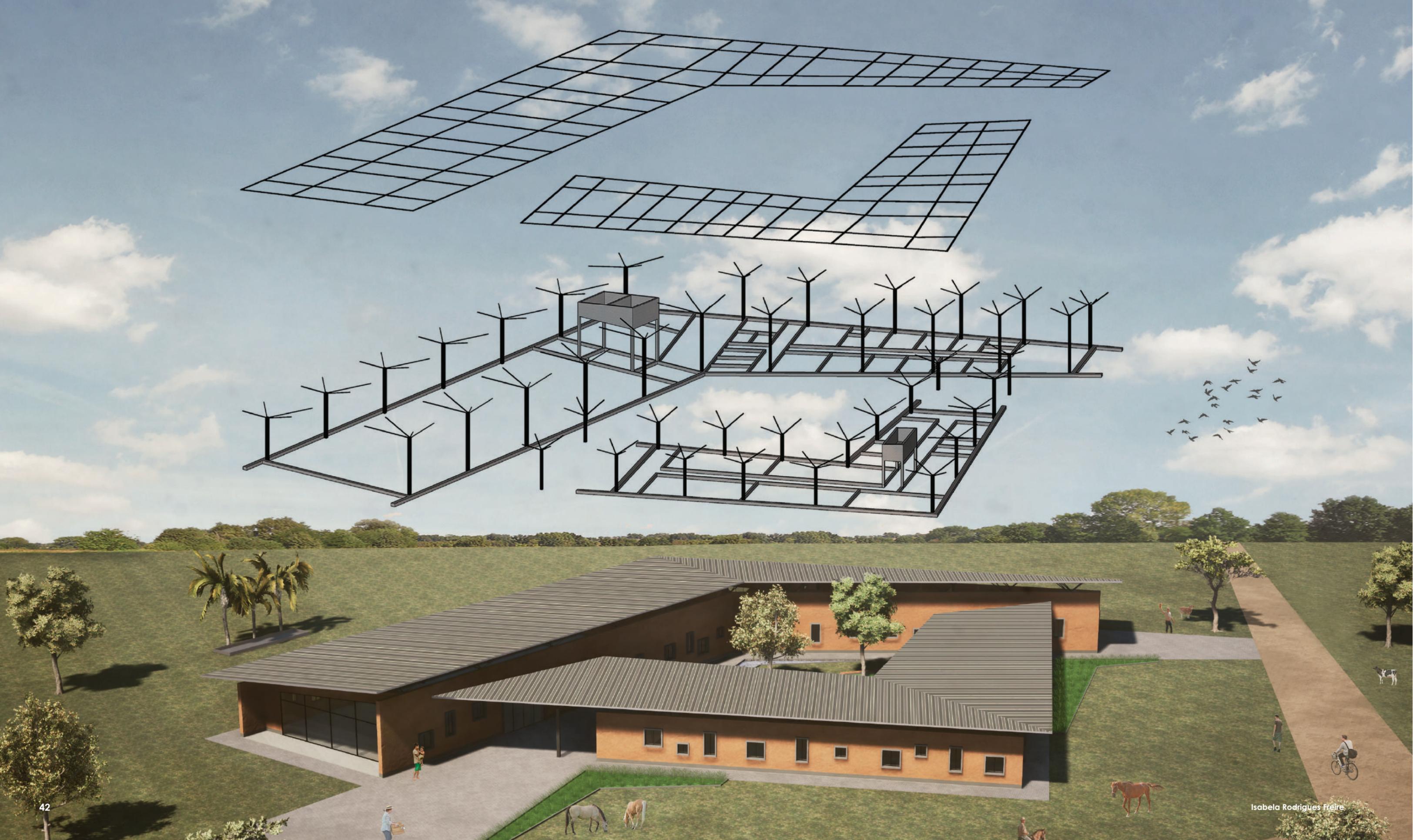
O funcionamento do sistema de energia renovável acontecerá através de placas solares que captarão a luz do sol e a converterão em energia elétrica, possibilitando uma economia no consumo local já que a região apresenta uma média de 27°C no ano. O aproveitamento das águas pluviais acontecerá por meio da captação da água através de um filtro seletor de areia natural, direcionando-a até chegar ao reservatório inferior, onde passará por um tratamento e posteriormente será distribuída para os pontos de utilização, garantindo uma economia no consumo de água potável onde não necessita a sua utilização, como lavagem de pisos, irrigação e descargas sanitárias. Já o sistema de esgoto passará por duas etapas, a primeira através do biodigestor, unidade de tratamento onde acontece a biodigestão dos dejetos e a produção de biofertilizante, que pode ser reaproveitado nas plantações locais. E após isso através da Bacia de Evapotranspiração, sistema de tratamento de águas cinzas com bacias de vegetação, onde ocorre a perda de água por evaporação e o reaproveitamento dos resíduos como nutrientes para as plantas.

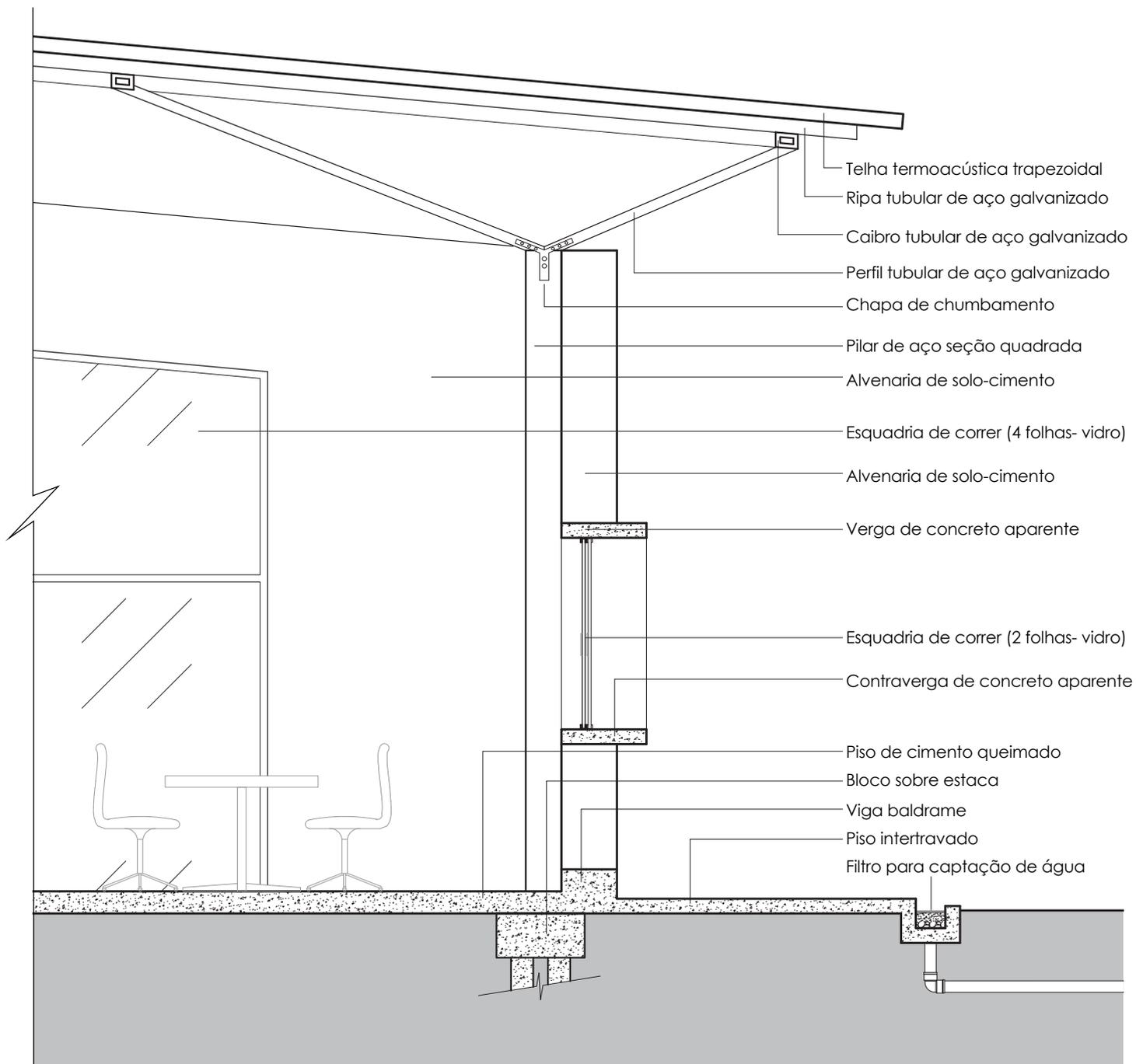




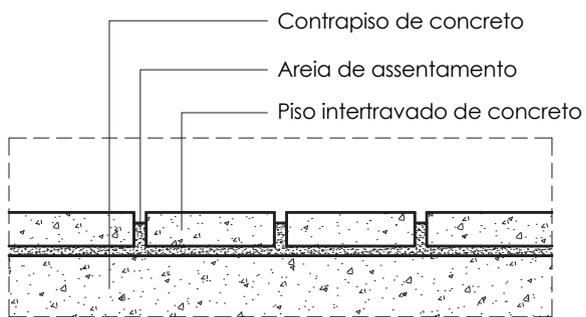




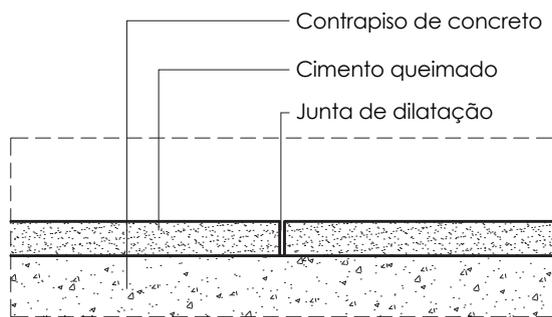




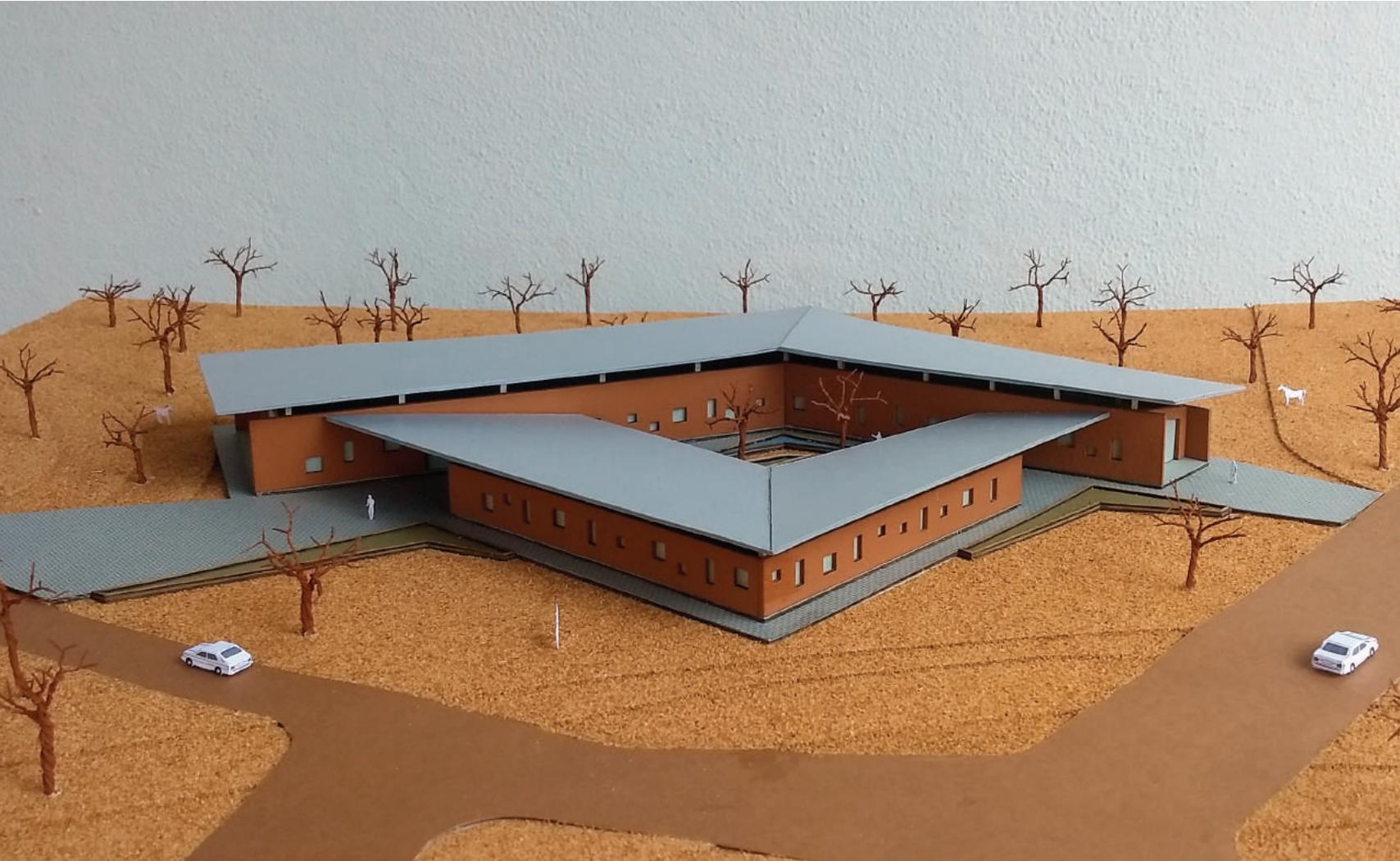
CORTE DE PELE
 Esc: 1/40



PISO INTERTRAVADO
 Esc: 1/10



PISO DE CIMENTO QUEIMADO
 Esc: 1/10









a habitação

A moradia com disponibilidade de serviços de infraestrutura, que atendam às necessidades das famílias, garantam estabilidade e sobrevivência é um direito de todos, e influencia de forma positiva no desenvolvimento local das comunidades agrícolas, garantindo a fixação do homem no campo.

De acordo com ROVER e MUNARINI (2010) nos territórios rurais, tem havido ao longo dos anos menor oferta de serviços e políticas de desenvolvimento, como infraestrutura, acesso à telefonia, habitação de qualidade, água encanada, internet, entre outros. Para ele, o acesso às novas condições de moradia é um fator que ajuda na melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, causa um impacto positivo no desenvolvimento rural, provoca um forte efeito na autoestima das famílias, fortalece o desejo das famílias de permanecer no espaço rural, e gera a expectativa da continuidade dos jovens nas atividades de agricultura. Ainda segundo ROVER e MUNARINI (2010) a melhoria nas condições de moradia, aumenta a perspectiva de continuar vivendo no espaço rural e aumenta o interesse por parte das famílias em incentivar os filhos a permanecerem no campo.

Dessa forma, a proposta da moradia para a comunidade surge como uma forma de habitação flexível, que possa atender de forma variada os diversos tipos de famílias existentes no local, possibilitando a expansão, caso necessário, e disponibilizando de infraestrutura adequada. O local de implantação das habitações segue o padrão preexistente do assentamento, devido à divisão das glebas já serem consolidadas no espaço, e as plantações já se encontrarem em produção.

volumetria

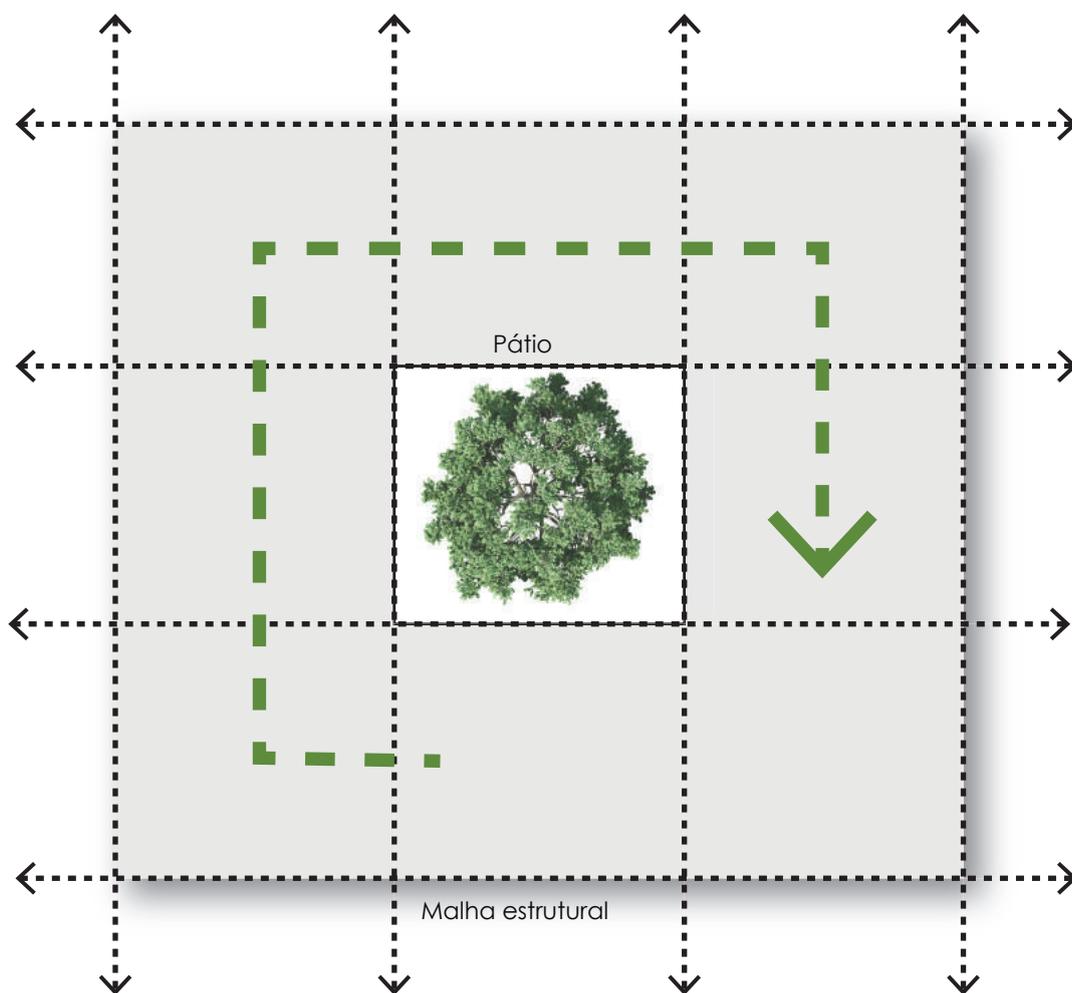
O volume da habitação foi pensado a partir de uma malha estrutural modular e expansível de 4,5x4,5 metros, com um pátio interno, que funciona como um espaço intermediário entre a casa e o exterior, expandindo o ambiente externo, trazendo-o para dentro da habitação e criando uma conexão entre a casa e o entorno. Além disso, o pátio organiza a distribuição do programa, e possibilita a geração de ventilação cruzada através dos ambientes e, conseqüentemente, a melhoria na sensação térmica na edificação.

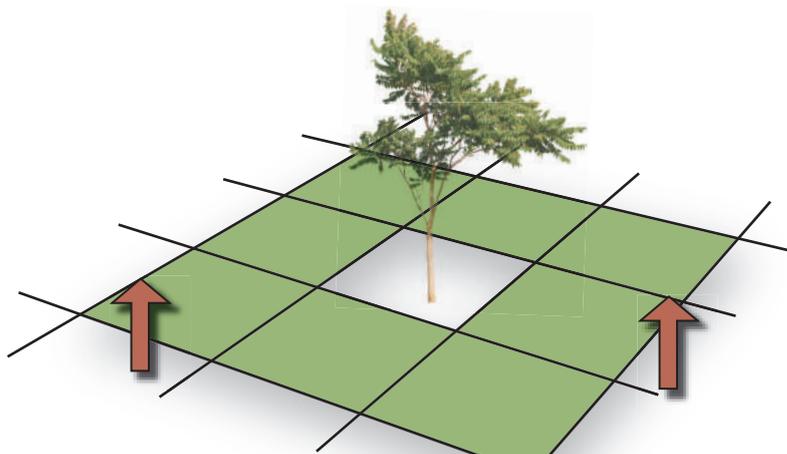
Após a geração do pátio, houve a necessidade da criação de uma grande varanda de acesso, para criar uma proposta baseada na interpretação das habitações locais e atender a cultura da popu-

lação regional, que utiliza a varanda como forma de convivência em família.

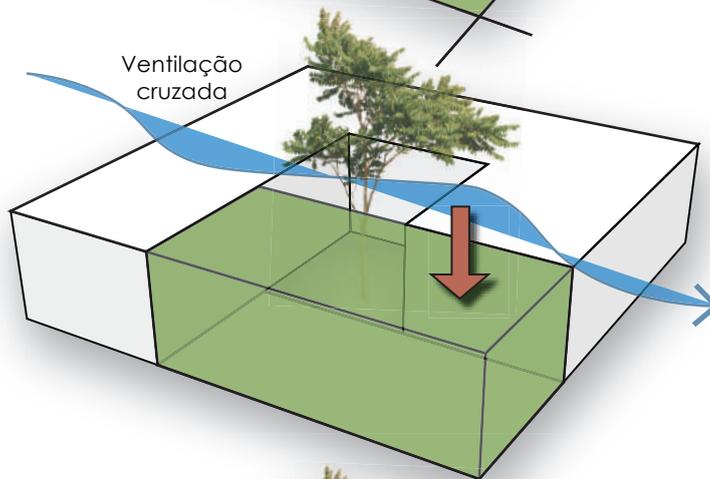
Em seguida os ambientes foram divididos em 2 setores, de caráter social ou privado (social: varanda e cozinha/ privado: sala e quartos), estabelecendo uma ordem ao programa e gerando áreas de convivência e espaços privados configurados de forma flexível com 2 ou 3 quartos, para atender as diversas formas de famílias existentes na região.

Após a geração do volume, a cobertura foi inclinada em direção ao pátio interno, e trabalhada com grandes beirais que se estendem ao redor da edificação, como interpretação da arquitetura tradicional, e como forma de proteger a edificação contra chuva e contato direto do sol.

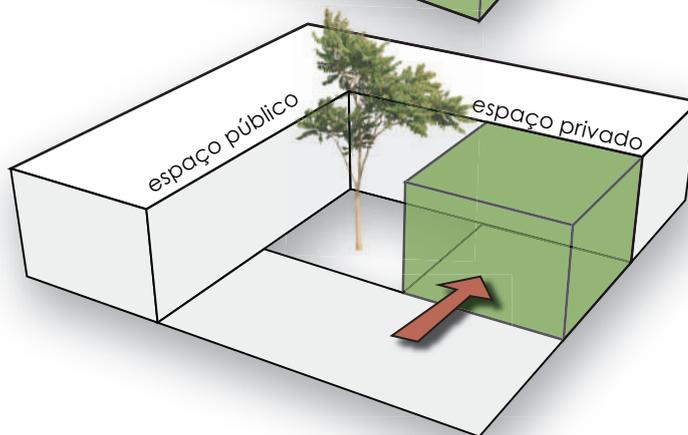




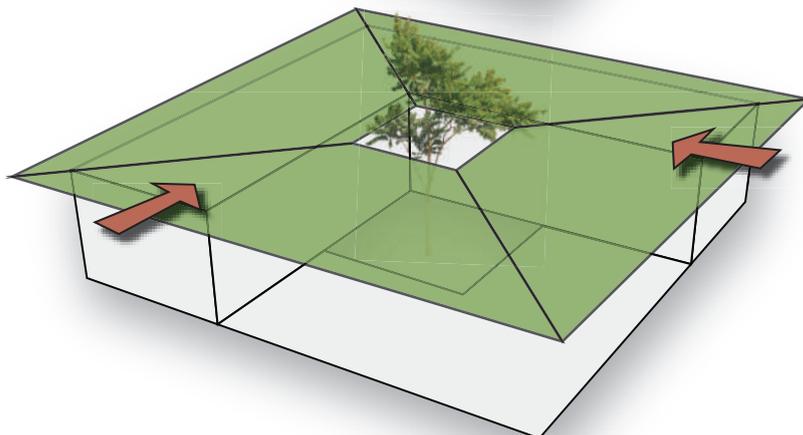
1- criação da malha estrutural e do pátio interno



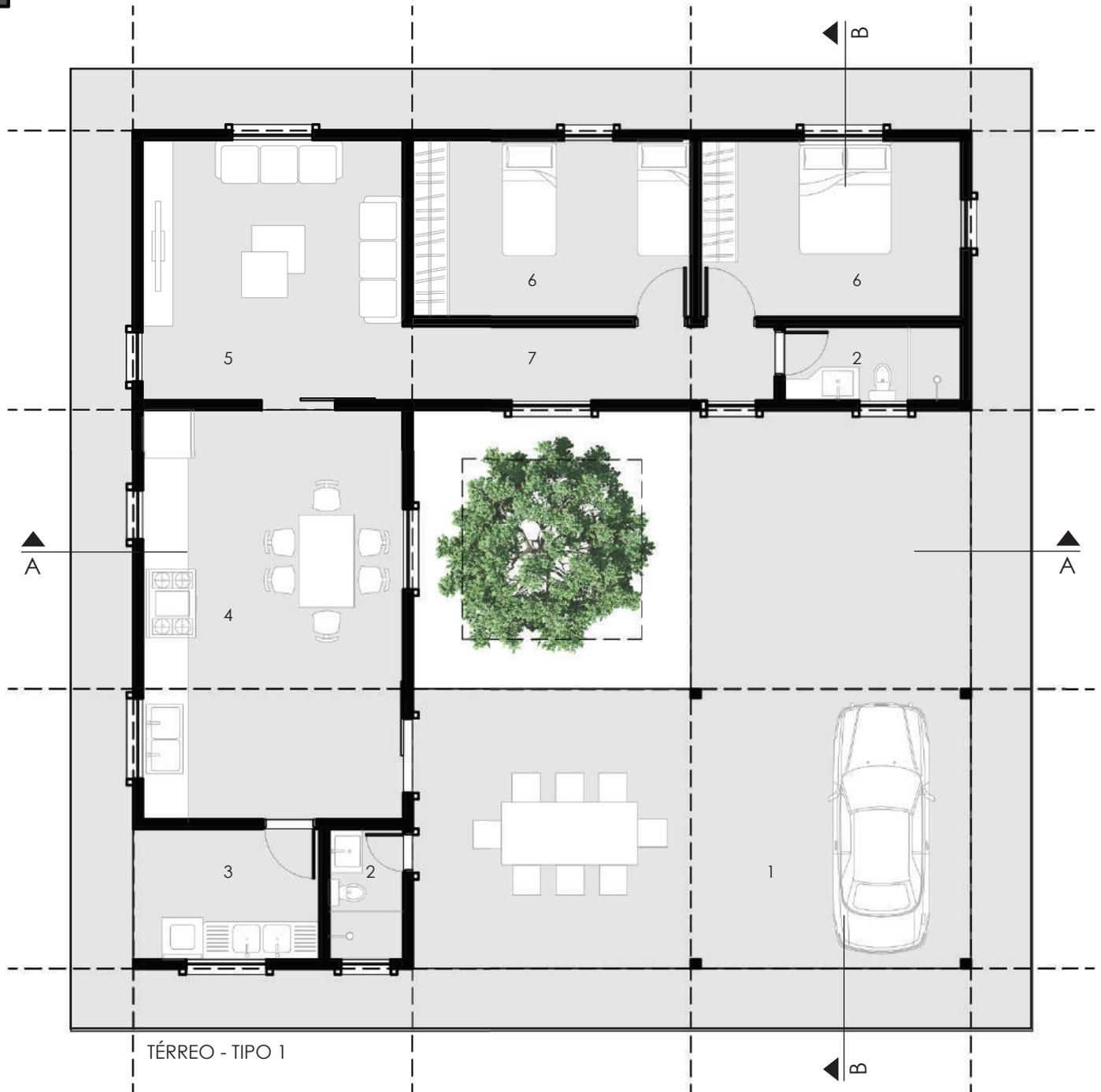
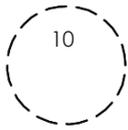
2- geração da varanda de convívio social



3- divisão do programa/ flexibilidade de 2 ou 3 quartos.



4- criação da cobertura



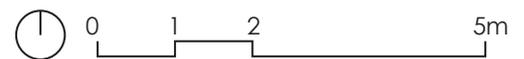
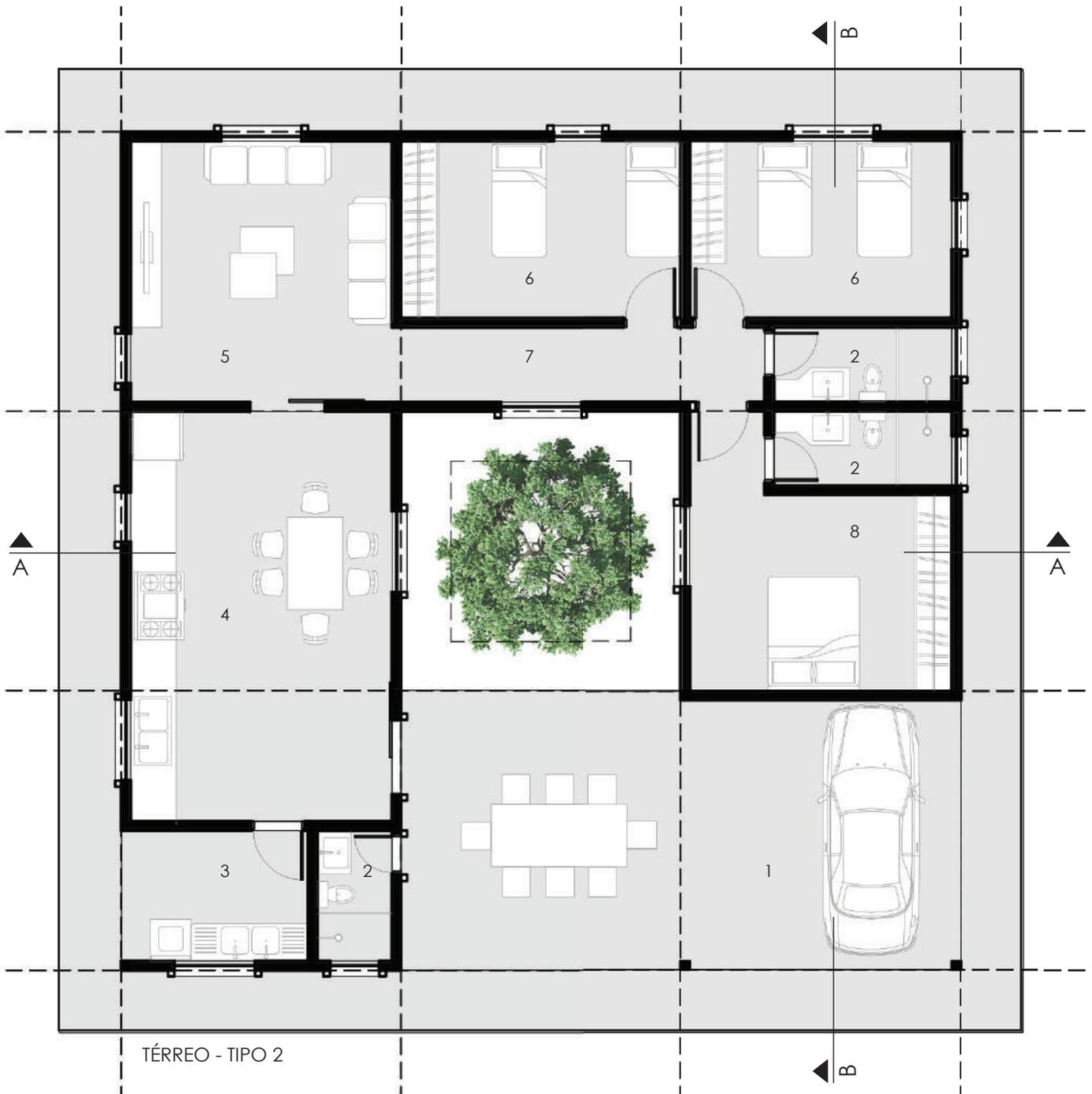
1- Varanda
2- Banheiro

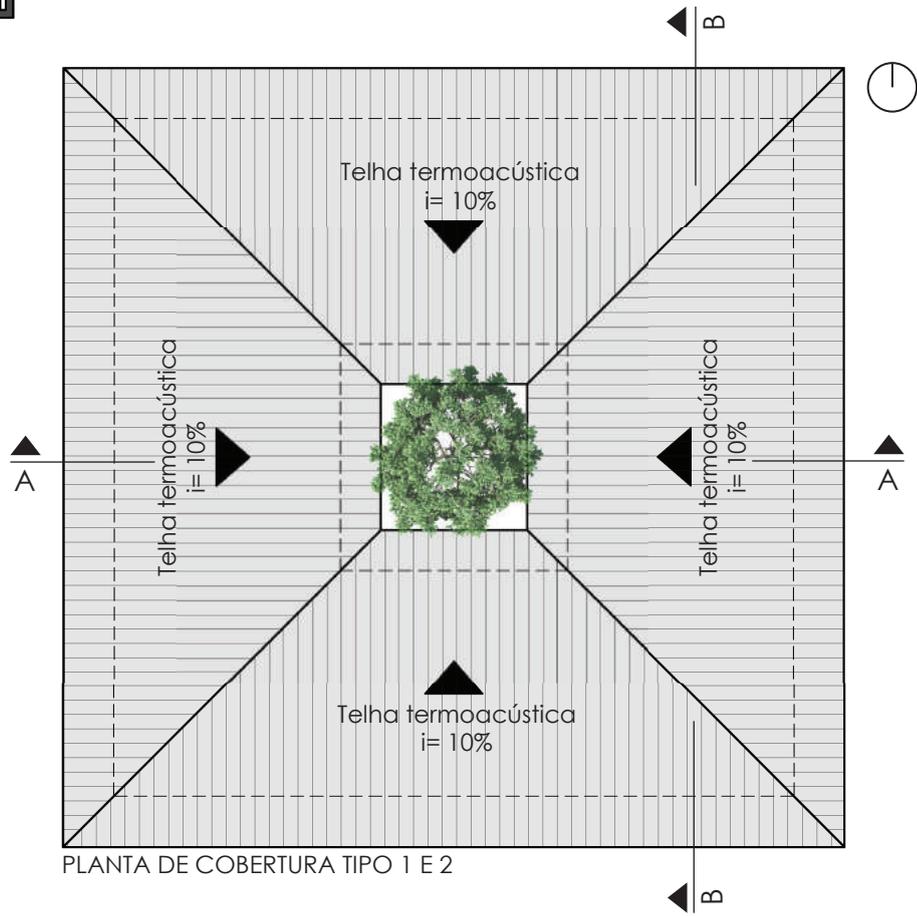
3- Á. Serviço
4- Cozinha

5- Sala
6- Quarto

7- Corredor
8- Suíte

9- Reservatório de água
10- Poço semi artesiano





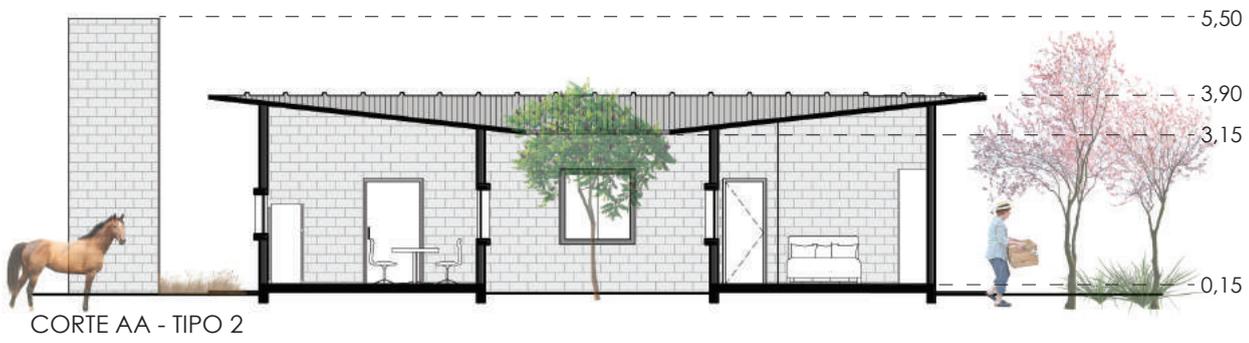
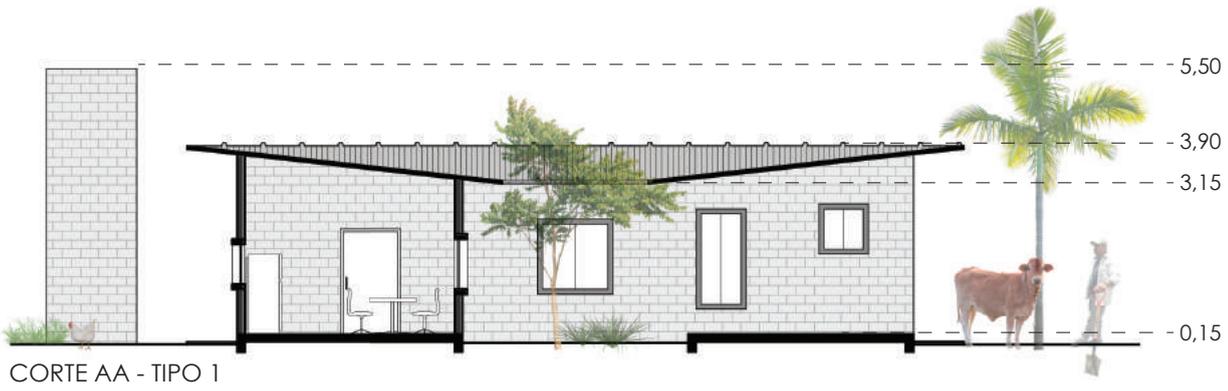
PLANTA DE COBERTURA TIPO 1 E 2



FACHADA FRONTAL - TIPO 1

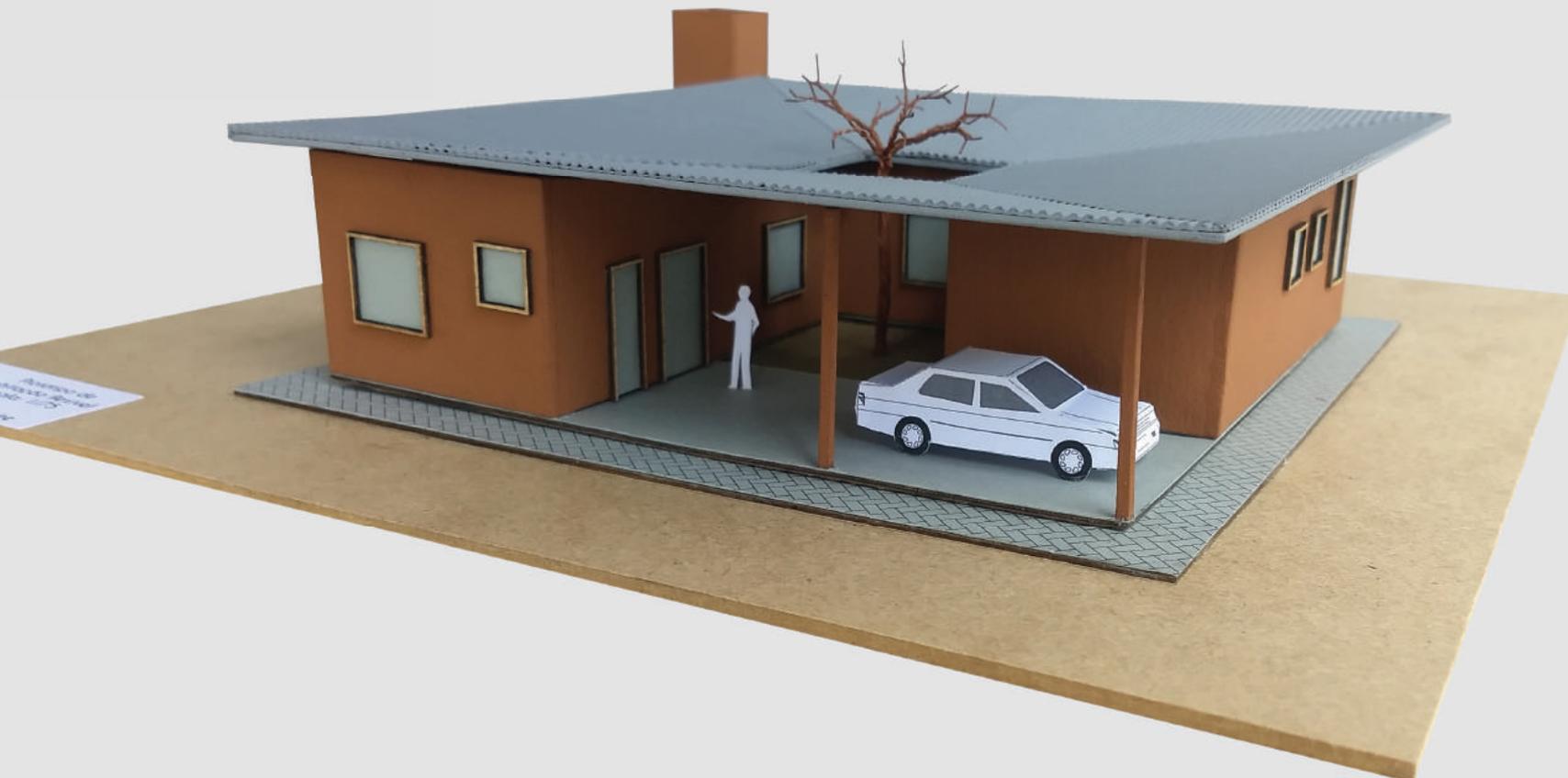


FACHADA FRONTAL - TIPO 2





Protótipo de habitação flexível
Escala: 1/75
Isabela Rodrigues Freire



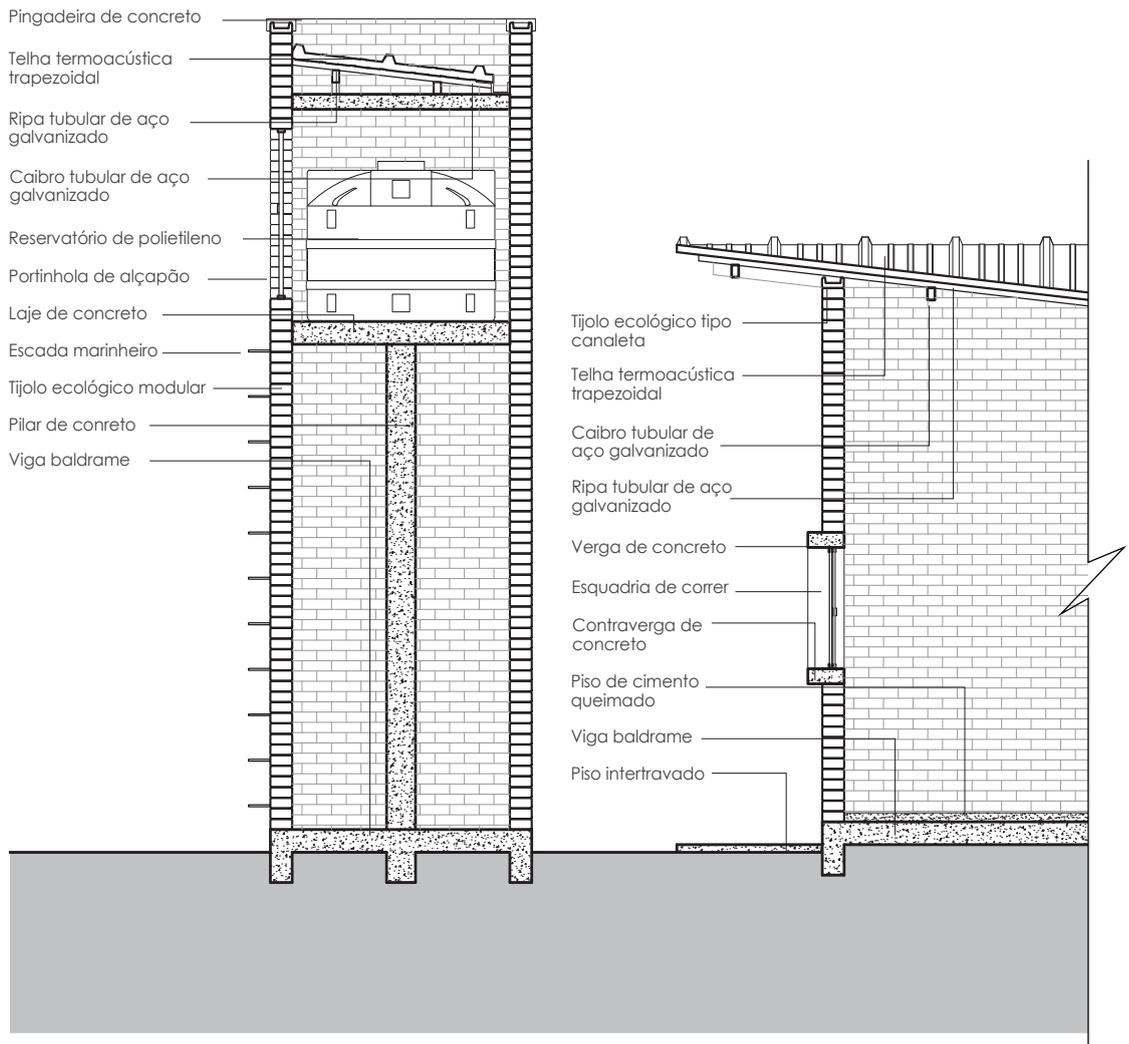
estrutura e materialidade

A vedação escolhida foi a de blocos de solo-cimento, técnica que utiliza a mistura de solo argiloso, água e cimento para a confecção de tijolos modulares utilizados para vedação.

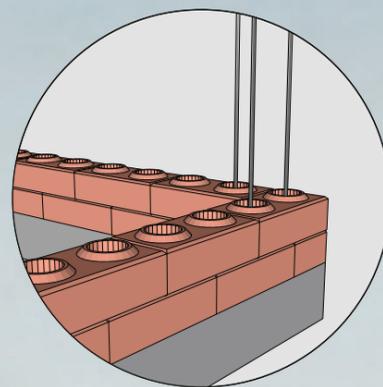
É uma técnica que possibilita a diminuição no tempo de execução e economia no custo da obra, pois aproveita matéria prima local, além de garantir conforto térmico e acústico e dispensar acabamentos externos, pois pode ser utilizado de forma aparente. Para a fabricação dos blocos, a mistura do solo, da água e do cimento é prensada e compactada de forma manual ou mecânica, e armazenada para secagem natural.

Como é uma técnica de execução modular, possibilita menos desperdícios, já que o projeto é feito de acordo com as dimensões do tijolo. Além disso, sua modulação permite o encaixe das peças, dispensando o uso de argamassa de assentamento e de estruturas independentes, pois o assentamento dos tijolos é executado em conjunto com o reforço estrutural.

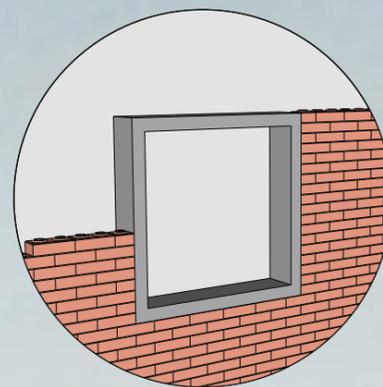
O reforço estrutural é feito com a amarração dos blocos no encontro das paredes, que são preenchidos com armaduras e graute (concreto fluido), e as instalações são encaixadas e embutidas nos furos dos blocos, dispensando a quebra e a geração de entulho.



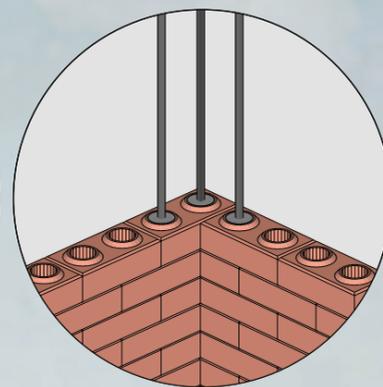
CORTE DE PELE
Esc: 1/50



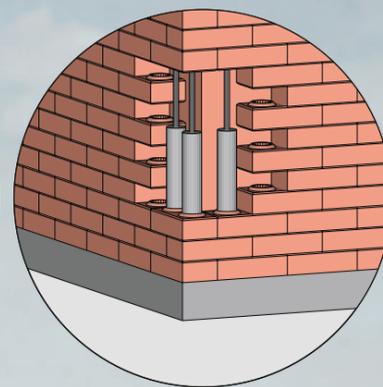
Amarração da estrutura



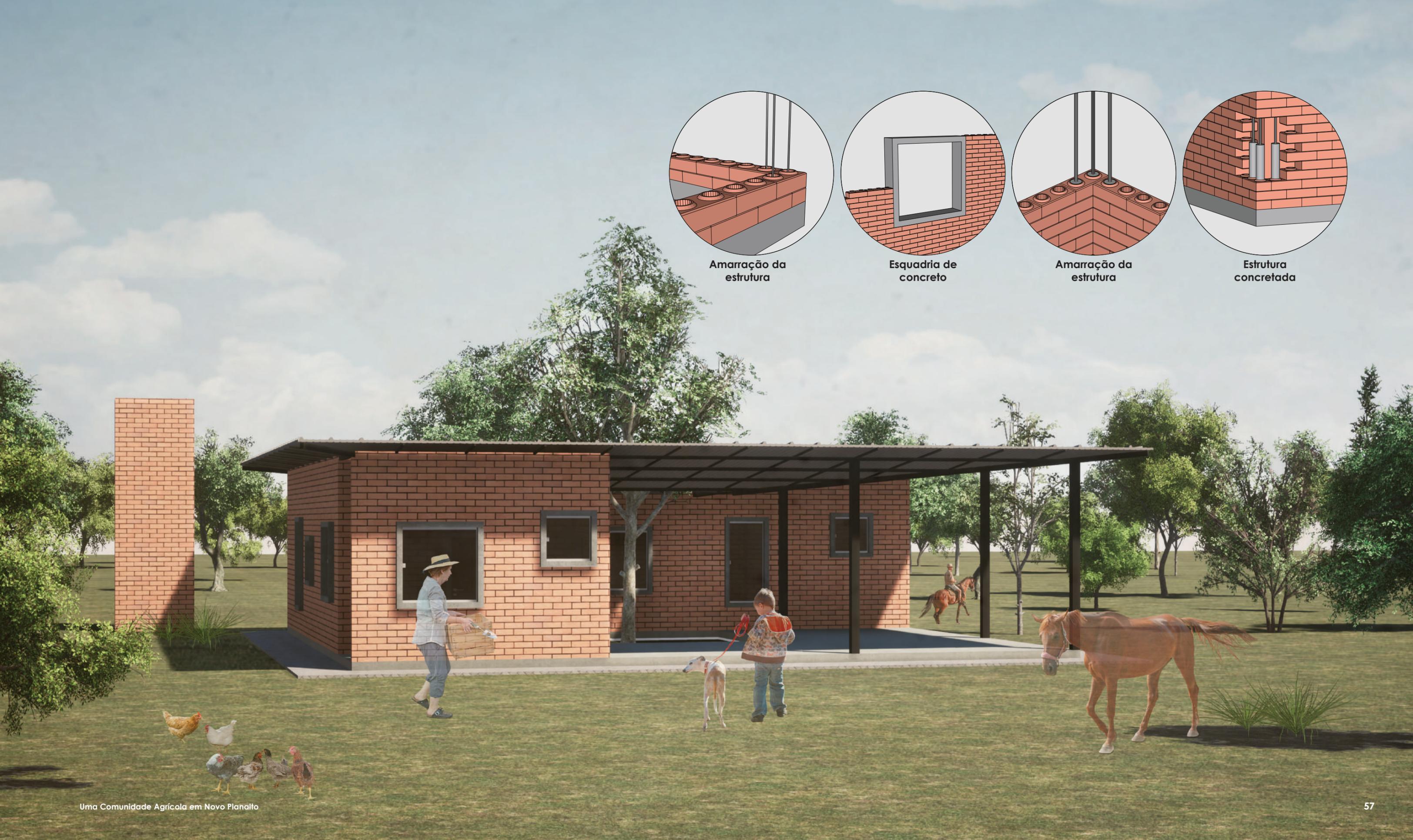
Esquadria de concreto



Amarração da estrutura



Estrutura concretada





- ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira?. *Revista OKARA: Geografia em debate*. João Pessoa. V.12, N.2, p. 308-325, 2018.
- ANDRADE, Regina Conceição Lopes. Êxodo rural de Novo Planalto – Um problema a ser solucionado. 2000. 76f. Monografia – Universidade Estadual de Goiás, Porangatu, 2000.
- BARRETO, Rodrigo. Geografia, História e Conhecimentos Gerais de Goiânia e do Estado de Goiás. *Estratégias Concurso*. Disponível em: <<https://www.estrategiacursos.com.br/curso/main/downloadPDF?aula=81392>>. Acesso: 29 de out. 2018.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista Estudos Avançados*. V. 11, N. 31, p. 37-49, 1997.
- BOMFIM, C. J. et al. Centro Comunitário. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, Lisboa, N. 15, P. 1-35, setembro, 2000.
- CAMPOS, Marcos Paulo. Movimentos Sociais e Conjuntura Política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. *Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*. V.4, N.7, jan-jun. 2015.
- CLIMATE-DATA. Clima-Novo Planalto. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/goias/novo-planalto-312703/>. Acesso em: 23 set. 2018.
- DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra - Relatório Brasil 2016. São Paulo: 2017
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Vegetação Savânica. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_46_911200585233.html. Acesso em: 23 set. 2018.
- ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do CEMOP*. N. 02, set. 2012.
- GOSCH, M. S. et al. Inserção dos assentamentos rurais da reforma agrária em diferentes regiões agropecuárias no estado de Goiás-Brasil. *Revista Observatorio Geografico da América Latina*.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Novo Planalto. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/novo-planalto/panorama>. Acesso em: 23 set. 2018.
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 23 set. 2018.
- JUNIOR, Marco Antônio Mitidiero. Reforma Agrária no Brasil: Algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. *Revista Agrária*, São Paulo. No. 14, p. 4-22, 2011.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, 95p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Revista Estudos Avançados*. V. 15, N. 43, p. 185-206, 2001.
- PECORIELLO, L. A.; BARROS, J. M. C. Alvenaria de tijolos de solo-cimento. *Téchne*. Disponível em: <<http://techne17.pini.com.br/engenharia-civil/87/artigo285631-1.aspx>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Revista produção acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários*. Vol. 2, N. 1, p. 75-86, jun. 2016
- RODRIGUES, Adriano José Dias. Novo Planalto – GO (décadas de 1950 e 1960): história e memória. 2017. 15f. Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Goiás, Brasil, 2017.
- ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2010.
- SANTOS, Welder Lacerda. História e situação atual da agricultura no Brasil e diagnóstico da realidade da comunidade do assentamento Sepé Tiarajú. 2017. 155f. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2017.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. IX Simpósio Nacional do Cerrado, p.35-60, 2008.
- STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

